



**U.E.C.E  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO  
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas**

**FRANKLIN DE FREITAS LOPES**

**A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE –  
CEARÁ  
O OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES**

**Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Profissional em Planejamento e  
Políticas Públicas da Universidade Estadual  
do Ceará, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Planejamento  
e Políticas Públicas.**

**Orientador: Prof. Dr. João Tadeu de Andrade**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FRANKLIN DE FREITAS LOPES**

**A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE  
HORIZONTE-CEARÁ: OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. João Tadeu de Andrade

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2007**

**FRANKLIN DE FREITAS LOPES**

**A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE  
HORIZONTE-CEARÁ: OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº Dr. João Tadeu de Andrade - Orientador

1º Examinador \_\_\_\_\_  
Profº Dr. João Tadeu de Andrade – Orientador

2º Examinador \_\_\_\_\_  
Profº Dr Francisco Horácio Silva Frota

3º Examinador \_\_\_\_\_  
Profº Dr Hermano Machado Ferreira Lima

---

Profº Dr Francisco Horácio Silva Frota  
Coordenador do Curso

À querida Margareth e aos meus amados  
filhos Marília e Rodrigo dedico este  
trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À prefeitura Municipal de Horizonte - Ceará pela oportunidade que me foi dispensada para a realização deste Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas;

Ao Professor Dr. João Tadeu de Andrade pelo grande apoio, dedicação e paciência na orientação desta Dissertação;

Aos professores Drs. Horácio Frota, Geovani Jacó, Rosemary de Oliveira, Hermano Machado e Fátima Vilanova, pelas valiosas críticas e sugestões para a construção deste trabalho;

Aos professores deste Curso de Pós Graduação, pela sabedoria e conhecimento transmitidos no decorrer das aulas;

À Coordenação e funcionários do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas pela importante ajuda e amizade ao longo da realização do curso

Aos integrantes da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, aos nobres professores e diletos alunos das Escolas Públicas do município de Horizonte - Ceará pela cordial acolhida e transmissão importante quando da execução da pesquisa;

A todos os meus colegas do mestrado, pela salutar convivência e pelo compartilhamento das acaloradas contextualizações que enaltecerao nossas inesquecíveis aulas no Campus do Itaperi;

Aos queridos amigos da Diretoria de Defesa Social da SSPDS, pela grande colaboração e amizade;

Enfim, a todas as demais pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o aprendizado no decorrer do curso.

*Se podes olhar, vês, se podes ver, repara!*

*José Saramago*

## RESUMO

A questão da violência que hoje tanto se pronuncia e se encontra presente em praticamente todos os lugares do nosso país. Isto assume uma importância preocupante quando essa discussão aborda suas ações no ambiente escolar. A abrangência desse tema nos motiva a contextualizar esse assunto através do olhar de quem vivencia nesses locais, o seu real cotidiano. Ao apresentar este trabalho para a comunidade científica, procura-se abordar os tipos de participação das escolas pesquisadas, onde os seus integrantes, parceiros dessa realidade, precisam interligar as teorias organizadas no decorrer dos tempos com as suas práticas. O universo que serviu de laboratório para essa pesquisa direta foram as escolas públicas do município de Horizonte, região Metropolitana de Fortaleza. Se a escola reflete a sociedade, como se sabe desde os fundadores da Sociologia da Educação, o que se percebe é que, aumentando a violência na última, existirá uma tendência de agravo na primeira. A violência nas escolas necessita de incentivos para a busca do seu conhecimento e que nessa interferência haja um enfoque crítico e propositivo que possa legitimar futuras decisões. A participação dos professores e alunos neste trabalho através das suas contribuições, legitima o quanto se faz necessário uma ação preventiva focada na pedagogia com um olhar aguçado dos atores envolvidos. Na busca da interação do professor, núcleo gestor das escolas, o Conselho Escolar e a família como a principal força motriz da nossa sociedade, fazem todos uma composição ideal para evidenciar o principal e singular personagem desse universo, o aluno, que tem que se aliar a todos nessa grande conjunção de esforços. Este estudo não é apenas a concretização das pesquisas desenvolvidas e da colaboração do referencial teórico exposto nos seus capítulos, tem ele uma possibilidade de identificar a sinergia das experiências que possam contribuir com as Políticas Públicas, buscando portanto, a proficiência da tão almejada, Cultura de Paz.

**Palavras chaves:** A violência nas escolas públicas, participação dos atores escolares, políticas públicas na prevenção a violência.



## ABSTRACT

The violence's subject, which is very pronounced nowadays, is present in practically everywhere around our country. It assumes an important preoccupation when this discussion approaches acts in the school atmosphere. The comprehension about this theme motivates us to contextualize this subject through the glance who lives at those localities and show their real quotidian. When presenting this work to the scientific community, it tries to approach types of participation of researched schools, where their members, also partners of this reality, need to connect theories that were organized during the times, with their practices. The universe that served as a laboratory for this direct research was the public schools from a municipal district called Horizonte, situated at Metropolitan area of Fortaleza. If the school reflects the society, as known from the founders of the Sociology of Education, which is noticed that if rises violence in the last one, there will be a tendency to increase this in the first one. The schools needs fomentation of incentives to search it's know ledge and during this interference it brings a critical and propositive focus to legitimate future decisions. The teachers and students participations in this work through their contributions and interferences, legitimates the importance of a preventive action focused in the pedagogy with a sharpened glance of their involved actors. In the seek for teacher's interaction, nucleus manager of the schools, the schools counsel and the family as the main driving force of our society, make all the ideal composition to evidence the principal and singular character of this universe, the student, that has to ally to all in this great conjunction of efforts. This handiwork is not just a materialization of the developed researches and collaboration of the theoretical reference exposed in its chapters, but it has the concern of identifying the synergy of the experiences that it might contribute with Public Politics, cooperating therefore, with the proficiency of the wished, Peace Culture.

**Key word:** The Violence in the public schools, participations of school actors, Public Politics on violence prevention.

## LISTA DAS TABELAS

<b>Nº.</b>	<b>Questão</b>	<b>Pág.</b>
1	Existem casos de violência física na escola - a sensação de segurança	28
2	Ocorrências de violência nas escolas	28
3	Fatos graves de violência nas escolas públicas de Horizonte	29
4	Uso de armas por alunos nas escolas pesquisadas	29
5	Providências das escolas pesquisadas com os fatos graves	30
6	Casos de intimidação entre alunos	32
7	Providências da escola junto aos intimidadores	32
8	Providências da escola junto aos alunos vitimizados	33
9	O porquê das expulsões de alunos	38
10	Mecanismos do núcleo gestor para a questão da indisciplina	39
11	O uso de drogas lícitas e/ou ilícitas pelos alunos nas escolas pesquisadas	42
12	Medidas a serem adotadas pelas escolas relativas às drogas	42
13	Ações das escolas pesquisadas em Horizonte para a prevenção à violência	44
14	Atividades desenvolvidas pelas escolas na prevenção à violência.	44
15	Vínculo das escolas de Horizonte pesquisadas com os pais e alunos	45
16	Atitudes a serem tomadas pelas escolas na prevenção à violência	46
17	Dificuldades das escolas pesquisadas na prevenção à violência	49
18	Ações na prevenção à violência	49
19	Condições de participação na escola e apoio cultural	50
20	Situação das escolas pesquisadas em Horizonte com relação a parceria com as instituições de Segurança Pública	51
21	Como as instituições de segurança pública podem colaborar na prevenção a violência nas escolas pesquisadas e Horizonte	52
22	Como os alunos das escolas pesquisadas podem colaborar na questão da prevenção à violência	53
23	Como os cientistas sociais podem participar da discussão da prevenção à violência	58
24	As Políticas Públicas que podem contribuir na resolução da violência nas escolas pesquisadas em Horizonte.	64

## LISTA DE SIGLAS

<b>AOPI</b>	Área Operacional Integrada.
<b>ASDI</b>	Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BM</b>	Bombeiro Militar
<b>CCDS</b>	Conselho Comunitário de Defesa Social
<b>CE</b>	Ceará
<b>CEI</b>	Centro de Ensino Infantil
<b>CELADE</b>	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia.
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
<b>DIPRE</b>	Divisão de Proteção ao Estudante (Polícia Civil do Ceará)
<b>DM</b>	Distritos Modelos
<b>DN</b>	Diário do Nordeste (Jornal cearense)
<b>FEBEM</b>	Fundação de Bem Estar do Menor
<b>FGV</b>	Fundação Getulio Vargas
<b>HIP HOP</b>	Movimento cultural que trabalha várias manifestações artísticas.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de desenvolvimento Humano.
<b>IDM</b>	Índice de Desenvolvimento Municipal
<b>JBV</b>	Jovens Bombeiros Voluntários (Corpo de Bombeiros do Ceará)
<b>JGT</b>	Jovem Garra Tricolor.
<b>LEV</b>	Laboratório de Estudo da Violência (Universidade Federal do Ceará)
<b>MOFI</b>	Movimento Organizado Força Independente
<b>MNDH</b>	Movimento Nacional de Direitos Humanos
<b>NORAD</b>	Agência Norueguesa para o Desenvolvimento
<b>O&amp;M</b>	Organização e Métodos.
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental.
<b>OPS</b>	Organização Pan-americana para a Saúde
<b>PC</b>	Polícia Civil
<b>Pág.</b>	Página
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PM</b>	Polícia Militar
<b>PNUD.</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
<b>PPJ</b>	Políticas Públicas para a Juventude
<b>PROERD</b>	Programa Educacional de Resistência as Drogas (Polícia Militar)
<b>SEAGRI</b>	Secretaria de Agricultura
<b>Rap</b>	Manifestação da cultura negra ligada às artes
<b>SAC</b>	Serviço de Advocacia da Criança
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Educação do Ceará.
<b>SEJUV</b>	Secretaria de esportes e Juventude.
<b>SSPDC</b>	Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania
<b>SSPDS</b>	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
<b>UECE</b>	Universidade Estadual do Ceará.
<b>UFC</b>	Universidade Federal do Ceará.
<b>UNAIDS</b>	Programa das Nações Unidas para a Aids
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura.
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....</b>	<b>18</b>
1.1. Uma contextualização inicial sobre a violência.....	18
1.2. Causas da violência no Brasil.....	20
1.3. A violência no Brasil nas últimas décadas: estudos e ações .....	22
1.4. A história recente da Segurança Pública no Ceará: A participação da sociedade.....	25
<b>CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE E VIOLÊNCIA.....</b>	<b>31</b>
2.1. Uma contextualização preliminar.....	31
2.2. A juventude como centro das atenções na questão da violência.....	34
2.3. Como os jovens têm se confrontado em relação à violência.....	36
2.4. Desafios a serem enfrentados pela juventude.....	40
<b>CAPÍTULO 3 - A ESCOLA PÚBLICA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA JUVENIL.....</b>	<b>46</b>
3.1. A importância da educação na prevenção à violência juvenil.....	46
3.2. Por que estudar a violência no contexto escolar.....	48
3.3. Como a escola está parcerizando na luta contra a violência juvenil.....	51
3.4. Juntar esforços e compartilhar responsabilidade.....	54
<b>CAPÍTULO 4 - A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM DESAFIO DE TODOS.....</b>	<b>57</b>
4.1. Violência nas escolas, sua manifestação em Horizonte - Ceará .....	57
4.2. Como enfrentar essa questão da violência numa ação política.....	60
4.3. Como agir, eis a questão. Para que serve a pesquisa?.....	61
4.4. Movimentos de juventude e Políticas Públicas no Brasil. ....	63
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

Na busca de conhecer a compreensão dos atores sociais que convivem no ambiente escolar a respeito da violência nas escolas públicas do município de Horizonte-Ceará, observou-se a sua realidade dentro de uma perspectiva ampla, considerando-se os aspectos que interagem nessa conjuntura. Com a percepção dessa problemática e dos seus fatores adversos tem-se que questionar e contextualizar de uma forma proativa essa realidade, possibilitando-se apresentar Políticas Públicas que venham contribuir na melhoria do universo juvenil e das instituições educacionais onde essa violência se apresenta.

A violência nas escolas tem sido um tema discutido e trabalhado por segmentos ligados à educação e pela sociedade de uma forma geral, e encontra um enfoque próprio e detalhado por diversos autores que se detêm em pesquisar sobre o tema na procura de entender esse fenômeno. Analisando essa questão pode-se observar que ela fundamenta-se no contexto sócio-econômico, histórico e cultural e tem uma vertente muito importante para ser questionada e contextualizada, que é a participação mais intensa e mais eficaz das Políticas Públicas destinadas a essa conjuntura buscando saídas para sua resolução.

Na atualidade tanto o governo como a comunidade, quer seja no global quanto localmente, na esfera pública ou privada são atingidos pela violência. Essa questão vem se constituindo no decorrer dos tempos, cada vez mais, num fenômeno social, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e práticas são interpretadas socialmente de formas diversas, levando a crer que o conceito de violência revela-se por suas ambigüidades e variações.

Tem-se verificado, em relação à violência, devido sua generalização, que não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outras épocas, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e até mesmo particular. Isto é, a violência não mais se restringe aos determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, entretanto, como se pretende demonstrar, considerando suas diversas modalidades, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente, como vítimas ou como agentes.

Quando essa violência é praticada, ela possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram os indivíduos no seu cotidiano. Essa vulnerabilidade social é tratada como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos<sup>1</sup> dos atores, sejam eles individuais ou grupais, e o acesso à estrutura de oportunidades que provém do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (FILGUEIRA,2001: p.97).

Encontram-se confrontados com esta situação os pais, os professores e os próprios jovens onde são postos em questão fundamentos de identidade de cada um. Muitos convivem com comportamento irregular, indisciplinado e a rebeldia de jovens, que têm nesse ambiente uma boa e importante parcela de sua vida e das suas realizações como pessoa e cidadão. Nessa conjuntura, observa-se uma grande tendência desses jovens a denunciarem os seus estilos de vida e a forma de realizar os seus fazeres à moda dos nossos dias. A escola tem uma parcela muito importante e direta de interferência na formação dos olhares desses protagonistas.

Essa juventude no seu cotidiano se submete a grande dificuldade e vulnerabilidade e, para justificar os obstáculos encontrados em acessar as oportunidades, como educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos. Essa situação coloca esses cidadãos diante de uma reação, considerada natural, que os insere muitas das vezes como protagonistas de atos violentos.

Por sua vez os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas conseqüências, em particular a violência. Numa possibilidade é advogar, implementar o fortalecimento do capital social intergrupar através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para essa situação que lhe é imposta.

---

<sup>1</sup> Filgueira (2001) apresenta como alguns exemplos desses recursos o capital simbólico, capital cultural, capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social e a participação em redes.

Para Ribeiro (1994:87) essa discussão tem uma importância capital quando insere nesse contexto a participação da família e tudo aquilo que a autoridade dos pais representa na questão dos limites dos seus filhos. Ele evidencia aspectos interessantes, colocando que:

Os problemas atuais nas lutas de gerações podem se tornar muito mais complexos e complicados. O fato de alguns pais quererem assumir uma posição mais “moderna” e diferente daquela assumida por seus próprios pais, levando-os a se mostrar mais tolerantes e até, em alguns casos, abdicarem da sua autoridade paternal, pode, entretanto, deixar de oferecer aos jovens filhos os limites dos quais eles necessitam e inconscientemente solicitam o que se tem que ficar atento (Ribeiro, 1994, p.87).

A pesquisa de Horizonte apresenta a preocupação dos alunos e professores com as dificuldades que a juventude tem se deparado com uma situação de vulnerabilidade, aliada às turbulentas condições sócio-econômicas, a posição assumida pelos pais em situações diversas, ocasionando uma grande tensão, agravando os processos de integração social e, em algumas situações, fomentando o aumento da violência. Ressalte-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas resulta às desigualdades sociais, da negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer. A postura dos pais em relação aos limites dos seus filhos tem contribuído diretamente com ações de violência desses, e o ambiente escolar sofre as consequências dessa situação, tendo um papel decisivo nesse contexto.

Com avanços de indicadores sócio-econômicos do Brasil, como ilustra o *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*, elaborado pelo *PNUD*, os níveis de violência vêm aumentando (*CEPAL*, 1998). Nessa conjuntura as escolas públicas situadas em locais onde essa exclusão social se manifesta de modo mais acentuado, estão devidamente sujeitas a essa imperiosa realidade. Nessas escolas, muitas coisas acontecem desde agressões verbais e físicas a casos de depredações ao patrimônio público, casos de arrombamento, ameaças, intimidações e prisões, entre outros tipos de violência, amedrontando pais, professores, autoridades e os próprios alunos.

Em muitas cidades, as escolas são palco de situações de violência. No caso de Horizonte ainda não se tem presenciado grandes ocorrências, essa violência tem-se restringido a agressões verbais, vandalismos e pequenas manifestações de lesões corporais. Alguns casos de agressões a professores, a funcionários e até entre os próprios alunos, foram observados

num pequeno percentual, com a utilização de armas brancas por parte de alunos. Em geral, a solução proposta para esses tipos de ocorrências é o policiamento e a colocação de grades. Nem sempre esta solução é possível e quase nunca é eficaz; ao contrário, muitas vezes ela apenas reforça a violência da situação.

Essa violência vem de fora da escola, é o que argumentam alunos e profissionais da educação, ou seja, a escola é vista como uma vítima de "maus elementos" que a atacam, depredam e roubam e, no entanto, a escola também produz a violência no seu cotidiano. É uma violência sutil e invisível, que se esconde sob o nome de "evasão". É, inconscientemente, promovida pelos próprios educadores através de regulamentos opressivos, currículos e sistemas de avaliação inadequados à realidade onde está inserida a escola, medidas e posturas que estigmatizam, discriminam e afastam os alunos. É importante que se observe que o universo escolar soma mais algumas questões à série de violências que ocorre no seu interior com os jovens que frequentam a escola pública. Muitas vezes, a escola diz-se neutra, universal e com seus valores próprios. Essa neutralidade acentua e dissemina valores estranhos àqueles que ilustram o cotidiano dos estudantes pobres, que vêm reprovados seus hábitos e seu jeito de falar. Ao inferiorizar os alunos pobres, a escola lhes ensina a resignação frente ao fracasso. Quando os alunos deixam a escola, expulsos pelos mecanismos de evasão, encaminham-se para a outra parte do ciclo: o trabalho mal remunerado, o subemprego, as *FEBEMS* e os presídios, onde se tem presenciado uma dura e cruel realidade.

Para estudar a violência nas escolas públicas de Horizonte, necessário se faz ter-se uma noção sobre esse município que está localizado na microrregião de Pacajus, região Metropolitana de Fortaleza. O município tem uma população de 45.251 habitantes (IBGE/2006) e 159.972 km<sup>2</sup> de área. Foi criado no dia 06 de março de 1987, dista 42 km da capital do estado. O município tem um *PIB* per capita de R\$ 11.177,00 (IBGE/2004), um *Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)* de 50,05, ocupando o 8º lugar no estado, tem um *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* de 0,679, ocupando o 18º lugar e um *Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R)* de 0,442, estando no 12º lugar no estado do Ceará. O município possui 03 escolas estaduais, 38 escolas do município e 05 escolas particulares. A matrícula inicial nas escolas do município totaliza cerca de 16.073, (14,63% -



rede estadual), (73,17% - rede municipal) e (12,20% - rede particular). O município tem um total de 393 docentes na rede pública (70,23% dos professores de todo o município).

Neste trabalho de pesquisa foram escolhidas 34 (trinta e quatro) escolas públicas (*Apêndice I*), 31 (trinta e uma) do município e 03 (três) do estado. Foram pesquisados 102 (cento e dois) professores e 102 (cento e dois) líderes estudantis, totalizando a amostra de 204 (duzentos e quatro) integrantes das Escolas Públicas de Horizonte.

Os atores pesquisados repassaram o seu olhar a respeito daquela realidade, os fatos que ali ocorrem, as dificuldades existentes, as limitações dos gestores escolares em contornar essa conjuntura, quais são as atividades sistemáticas que estão sendo trabalhadas na busca da prevenção da violência, bem como as propostas para viabilizar ações que possam mudar essa situação. Através dos seus olhares surgem ações que sugerem parceria com as forças vivas da comunidade.

A pesquisa deu-se no período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2007, tendo no entanto, a aplicação do instrumento de coleta de dados ocorrido especificamente, no início de maio ao final setembro de 2006. Os passos dados para a concretização desse evento foi organizado em 06 (seis) fases:

1ª fase – Levantamento das 34 (trinta e quatro) unidades escolares a serem consultadas, bem como a apresentação do questionário como instrumento de coleta de dados e as sugestões e ou adaptações apresentadas pelos técnicos da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Horizonte;

2ª fase – Reuniões com os integrantes das escolas: núcleo gestor, professores, servidores, grêmios estudantil e conselho escolar, onde foram feitas as apresentações e orientações da pesquisa. Uma reunião em cada escola;

3ª fase – Considerando-se que cada escola tem uma média de 10(dez) professores e seus grêmios estudantis/líderes estudantis congregam cerca de 10 (dez) alunos participando, deliberou-se que seria pesquisada através de uma amostra não probabilista intencional de 30% desses universos, ou seja, seriam aplicados em cada unidade escolar 06 (seis) questionários, 03 (três) seriam para os professores e 03 (três) para os alunos, perfazendo, portanto, 102

(cento e dois) professores e 102 (cento e dois) alunos, num total de 204 (duzentos e quatro) integrantes das escolas públicas do município de Horizonte. Os participantes da pesquisa foram voluntários e/ou escolhidos entre os próprios professores e os alunos;

4ª fase – Aplicação do instrumento de coleta pesquisa (*Apêndice II*) com os atores indicados pelos representantes das escolas;

5ª fase - Depois de consultadas as idéias e posicionamentos dos pesquisados, foi realizada a tabulação dessas informações, levando em consideração as opiniões dos professores e dos alunos, transformando-se posteriormente em tabelas com informações distintas, e

6ª fase - Após a tabulação, essas informações foram consolidadas e elaboradas as tabelas objetivando possibilitar um melhor entendimento e interpretação da realidade, segundo o “olhar dos docentes e discentes” das escolas públicas do município.

Na busca de atingir os objetivos, esta pesquisa está respaldada em estudos bibliográficos que proporcionaram um conhecimento conceitual sobre as questões que envolvem a violência nas escolas públicas, tendo como referencial teórico às contribuições e o pensamento de autores tais como: Abramovay (2002), Arendt (1991), Bourdieu (2001), Da Mata (1982), Ribeiro (1994), Chernais (1999), Farrington (2001), Barreira(1999), entre outros. Optou-se, ainda, por uma pesquisa de campo, sendo realizado através da aplicação de questionário com os professores e líderes estudantis das escolas.

Através da pesquisa foi verificado que dentre os fatores apresentados como situação de risco de crianças e adolescentes do município estão: Uso de drogas; intimidação junto aos alunos; ociosidade dos jovens; gravidez na adolescência, dentre outros. No entanto o município apresenta algumas Políticas Públicas junto aos *PROJETOS DE PROTAGONISMO INFANTO JUVENIL 2006 (Apêndice III)* com ações voltadas para o Programa da Saúde da Família, Pólo de Atendimento, Núcleo de Arte, CEI e Escola viva, ancorados *COORDENADORIA TÉCNICO- PEDAGÓGICA*. Esses programas estão aportados na Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, onde tem desenvolvido grandes ações para seus jovens, que têm no decorrer do tempo rendido resultados positivos, juntando esforços e compartilhando responsabilidades.

O sistema de Segurança Pública do estado, através das suas instituições (*PM, PC* e Corpo de Bombeiros) mantém algumas experiências de interação com a comunidade procurando estimular os jovens a participarem de ações preventivas, dentre os importantes programas da Secretaria da Segurança Pública estão os Conselhos Comunitários de Defesa Social (*CCDS*), que têm apresentado um bom exemplo e uma contribuição interessante na busca da cidadania e da integração dos órgãos da segurança pública com a sociedade. As escolas públicas de Horizonte têm feito uma importante parceria com a essa Secretaria, evidenciada nos capítulos a seguir.

Este trabalho inicialmente conta com a introdução abordando a justificativa, os objetivos, a metodologia e a estrutura do trabalho onde se procura ilustrar esta temática através da análise documental e de dados quantitativos, dando uma maior visibilidade à contextualização dessa dissertação. No primeiro capítulo faz-se uma apresentação do contexto histórico da violência no Brasil apresentando os estudos realizados vários autores, procurando aliar ao olhar dos docentes a questão da violência, em consonância com o contexto atual. O segundo capítulo é dedicado a um estudo da juventude e as dimensões das suas práticas ligadas à violência, relacionando-as aos fatores de riscos. No terceiro capítulo aborda-se a questão da escola pública e suas atividades na prevenção à violência através da participação dos seus atores sociais. No quarto e último capítulo é apresentada uma discussão sobre os movimentos, programas e políticas públicas na prevenção e combate à violência juvenil nos ambientes escolares e nas comunidades onde se faz presente o protagonismo juvenil.

Finalizando, a conclusão do trabalho, enfatiza-se a importância da pesquisa para a discussão desse tema, onde é salientada a importância da implementação de políticas públicas para atenuar a violência nessas escolas. Faz-se referência ao apoio teórico fornecido pelas experiências desenvolvidas por vários autores, também são apresentados programas e ações desenvolvidas e consagradas nessa área a nível local e nacional. Constatando-se, portanto, que os cientistas, a sociedade como um todo e, principalmente, os integrantes das escolas pesquisadas, devem estabelecer uma interação maior na compreensão dessa violência, atuando preventivamente, através de políticas públicas que abrandem essa realidade.

## **CAPÍTULO 1 - A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO**

### **1.1 Uma contextualização inicial sobre a violência**

No Brasil, a violência, sobretudo urbana, e já se apresentando de forma muito forte na também na zona rural, está no centro do dia a dia e ocupa as principais manchetes dos jornais. Ela é assunto de programas diários em horários nobres, especiais para a TV, rádios e tema para filmes sensacionalistas e, mais que tudo, assombra as consciências, de tal forma é ameaçadora, recorrente e geradora de um profundo sentimento de insegurança.

Para Minayo e Souza (1993:19), a violência é vista como um fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações, articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta. Os autores citados, têm apresentado uma tipologia na qual se destacam: a violência configurada nas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida; a violência cultural, que se expressa entre pares, a exemplo das agressões entre cônjuges e a violência da delinquência, referente a indivíduos ou grupos que desencadeiam ações contra cidadãos (crimes contra a pessoa física e o patrimônio). Nesse entendimento estão incluídas disputas violentas entre os criminosos e determinadas ações ilegais do próprio aparato policial. Portanto, as violências não se reduzem à criminalidade e, no campo da saúde, correspondem a "qualquer ação intencional realizada por indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais".

A violência pode se apresentar como sendo o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas. É violência também o uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte. Pode-se perfeitamente distinguir alguns tipos de violência: a estrutural, a sistêmica e a doméstica. “A violência estrutural ocorre com grupos ou nações econômica ou politicamente fortes, que se utiliza de leis e instituições para manter privilégios, como se isso fosse um direito natural”. Os autores se referem às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela

mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação, saúde e segurança pública. Trata-se, portanto, de uma população de risco, sofrendo no dia-a-dia os efeitos da violação dos direitos humanos. (ibid, 1993:p.114).

A violência sistêmica brota da prática do autoritarismo, profundamente enraizada, apesar das garantias democráticas tão claramente expressas na Constituição de 1988. No entanto, suas raízes, no Brasil, encontram-se no passado colonial. Ainda hoje, as manifestações da violência sistêmica são inúmeras, e o Estado tem se mostrado bastante ineficaz no combate à tortura legal e aos maus-tratos aos presos, bem como à ação dos grupos de extermínio. Constantes violações dos direitos humanos permanecem, em sua maioria, impunes. “Essa falência em implementar a lei enfraquece a vigência e dificulta o fortalecimento da legitimidade do governo democrático como promotor da cidadania” (ibid, 1993: p.116).

A Violência doméstica é o abuso do poder exercido pelos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente. Apesar de nem todas as pessoas inseguras serem espancadoras, a maioria dos espancadores são inseguros e procuram afirmar seu poder de dominação pela força física. Existem vários tipos de violência doméstica: violência física (bater, beliscar, empurrar, chutar), a violência psicológica (xingar, humilhar, agredir com palavras), o abuso sexual, a negligência e o abandono (ibid, 1993, p.118).

Em termos estatísticos, no Brasil, cerca de 70% dos casos de violência contra crianças e jovens, tem os pais como agressores. Essas agressões, em geral descontroladas, são consideradas como medidas para educar e disciplinar, próprias do poder dos pais. No entanto, com frequência, tais “medidas educativas” ultrapassam o razoável e tornam-se atos violentos de abuso do poder parental. Dados levantados a partir dos processos abertos pelo *Serviço de Advocacia da Criança (SAC)*, ligado à Ordem dos Advogados do Brasil, mostram que os pais são os principais agentes de violência contra os filhos até 18 anos no estado de São Paulo. Um levantamento inédito do *Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)*, realizado em 1998 no Brasil, revelou que pais, avôs, tios e irmãos foram os autores de 34,4% dos

homicídios infantis no ano anterior, amigos e vizinhos são responsáveis por 4,6% das mortes violentas. O autor do crime não é conhecido em 55,3% dos casos (SAC, 1994).

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* estabelece que médicos e professores são obrigados a denunciar todos os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos a crianças aos órgãos competentes. Entretanto, a maioria das denúncias de abuso físico, sexual e psicológico contra criança continua sendo feita por vizinhos e por telefonemas anônimos, como revelaram os dados divulgados pelo jornal Folha de São Paulo: apenas 17,7% das denúncias foram feitas por profissionais; 34,4% por vizinhos e 30,7% por telefonemas anônimos. (Folha de São Paulo, 2003).

As recomendações políticas para abrandar e/ou resolver as questões da violência em qualquer nível, são fortemente dirigidas ao restabelecimento da credibilidade do Estado, a partir da redistribuição da renda; do grande investimento nas áreas sociais, sobretudo de saúde e educação; e da reestruturação de suas instituições fundamentais, como a família, a escola e as instituições públicas que lidam com essa questão. As relações entre violência e condições de vida não são unívocas nem lineares, o que tem levado a um certo questionamento sobre os seus determinantes. Portanto, quem atribui a violência às necessidades econômicas freqüentemente esquece o papel que a cultura, os valores, as normas sociais, as escolas, os símbolos e a família desempenham nesse contexto. A auto-estima é tão importante para a sobrevivência humana quanto um prato de comida. Nesse sentido, caberia explorar diferentes metodologias de investigação potencialmente capazes de verificar a relação entre condições de vida das populações e determinadas manifestações da violência, como é o caso da violência doméstica, nas ruas e, nas escolas, objeto da nossa pesquisa e estudo neste trabalho.

## **1.2 Causas da violência no Brasil**

Nesse tópico examinam-se algumas das principais causas que contribuem com a violência no país. O que se constata é que entre os países de colonização européia, o Brasil é o mais atingido pela violência, onde essa se oculta atrás dos muros das casas, onde a violência

sexual, as rixas familiares e os casos de crianças espancadas só são conhecidos muito parcialmente. Além do mais, o controle pelo registro civil continua a ser falho, principalmente nas zonas rurais mais pobres ou dentro de zonas urbanas de instalação recente, principalmente nos subúrbios, favelas e cortiços. A violência gera o medo, mas este gera igualmente violência. Trata-se então de um círculo vicioso que se instala, uma psicose coletiva que é preciso romper a qualquer preço e cujos únicos beneficiados são certos lobbies da segurança, como as firmas de vigilância, as milícias privadas e as companhias de seguros.

Trazendo a discussão para o universo escolar percebe-se que esse é influenciado por inúmeros fatores, pois ali estão atores sociais que vivenciam diretamente com essas interferências, professores e servidores, que também são pais, têm seus ciclos de amizades, familiares e trabalhos, e os seus alunos são observadores de influências várias no seu cotidiano. Para que se tenha uma referência generalista sobre os fatores que se incorporam nesse universo da violência, as contribuições apresentadas por Chernaïs (1999), cientista, demógrafo, grande especialista em violência urbana, reforça os diversos olhares em torno das causas da violência, bem como suas sugestões. Segundo o autor as causas são:

Os fatores sócios econômicos: pobreza, agravamento das desigualdades, herança da hiper inflação;  
 Fatores institucionais: insuficiência do estado, crise do modelo familiar, recuo do poder da igreja;  
 Fatores culturais: problemas de integração racial e desordem moral;  
 Demografia urbana: êxodo rural e inchaço da periferia;  
 A mídia: com seu poder, que colabora para a apologia da violência, e;  
 A globalização mundial: com a contestação de fronteiras e o crime organizado (narcotráfico, posse e uso de armas de fogo e guerra entre gangues).  
 Chernaïs sugere as seguintes soluções:  
 A criação de um Conselho Superior dos Meios Audiovisuais;  
 A reabilitação do estado: estatística, informações criminais, equipamentos e investimentos na segurança pública, justiça e sistema carcerário e principalmente, a prevenção ao crime, (escola, saúde, infra-estrutura, cultura, lazer, desporto, habitação e emprego, entre outras questões);  
 Política criminal: cooperação internacional, controle das rotas de tráfego e a luta contra o crime organizado;  
 Mudança Cultural: a descentralização e o controle dos orçamentos públicos.  
 A responsabilidade das entidades sociais locais e internacionais e das elites intelectuais.  
 A integração social e a promoção da igualdade dos cidadãos.  
 A prática dos direitos humanos em toda a sua plenitude. (CHERNAIS, 1999, p. 53-59).

Dessa forma, os fatores e sugestões apontados por Chernaïs (1999), fazem coro com os diversos estudos apresentados pelos cientistas sociais e aqueles que convivem com a

questão da violência. O que se tem evidenciado nesses trabalhos é que a prevenção tem um papel fundamental nessa conjuntura e a escola, bem como outros segmentos da sociedade se aliam como um dos canais mais fortes nessas ações preventivas. Dessa forma, a sociedade, não está inerte diante de tudo isso, a resistência e a mobilização contra a violência sempre ocorreram no Brasil. Chamamos atenção para um exemplo recente, que tem se destacado entre outros: o *Movimento Viva Rio*, que nasceu na sociedade civil e luta pacificamente contra as arbitrariedades, reivindicando a atuação mais eficaz das autoridades. Leva a mensagem da paz para a população e sinaliza para o fato de que se pode construir uma sociedade mais crítica, justa e combativa. Encaixando-se perfeitamente numa ação preventiva.

### **1.3 A violência no Brasil nas últimas décadas: estudos e ações**

Sobre as raízes da violência no Brasil, Da Matta (1982) afirma que ela se associa fundamentalmente à estrutura de poder vigente numa sociedade, em que as atitudes violentas são classificadas comumente como formas de ação resultantes do desequilíbrio entre fortes e fracos. Entretanto, elas deveriam ser analisadas como um processo que permeia o sistema vigente. Nesse discurso, no qual predomina a razão prática, a violência não é um mecanismo social e uma expressão da sociedade, mas uma resposta a um sistema que ressoa de práticas e ações que vêm ocorrendo paulatinamente. Nessa lógica, a violência está tão ratificada quanto o poder e o sistema, que não deve ser vista de modo isolado e individualizado da sociedade na qual ela faz sua aparição. Portanto, não pode ser entendida como um acidente ou anomalia que um determinado tipo de sistema provoca, mas sim, uma real e concreta manifestação da sociedade brasileira. Acrescenta Da Matta: “*A estrutura de poder, desde o período colonial, é responsável pela negação dos direitos da maioria da população*” (ibid,1982: p.76).

Pode-se exemplificar essa tese com a violência resultante dos conflitos agrários ou das chacinas que acontecem de Norte a Sul do país. Não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado.



Diante desse contexto, o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao controle, ou seja, tudo que atormenta o corpo individual ou social. Assim, a violência pode, ainda, ser classificada como: conflitos sociais e políticos, repressão, terrorismo, as tiranias, guerras civis e até mesmo a questão mais direta, como a violência nas escolas, que ocorrem em qualquer sociedade do mundo.

No Brasil, a estrutura de poder que tem prevalecido pressupõe a negação dos direitos da maioria da população. Uma visão abrangente da história pode levar-nos à compreensão dos percursos ao autoritarismo no Brasil e, neste caso, o circuito das práticas arbitrárias deve ser analisado verificando-se o funcionamento da estrutura de dominação envolvida num processo complexo, que tem como centro: o desequilíbrio social entre os fortes e os fracos. O jogo político de forças produz e reproduz a ordem das ruas, isso tem sido verificado não só nos grandes centros urbanos, mas também em localidades onde a algum tempo atrás não se imaginava que viesse ocorrer.

Numa análise sobre o passado recente brasileiro, nos quase 40 anos do período de exceção, desde a Ditadura Vargas ao Período Militar, a lógica do estado autoritário foi a defesa do *status quo* das elites conservadoras. Essa evolução é sintoma de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo e de um desregramento das instituições públicas, inclusive das entidades que são responsáveis pelo controle social e pela manutenção da ordem pública.

O sistema de Segurança Pública do Brasil, apesar de grandes avanços no decorrer dos anos, com suas práticas na busca de uma humanização e do seu controle (Programas de Polícia Comunitária, criação de Ouvidorias e Corregedorias), ainda tem muitas dificuldades em fazer as suas ações preventivas junto ao seu público externo, bem como o controle interno dos seus integrantes. *O Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia*, ligado a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem tido uma grande participação nas ações internas das instituições da Segurança Pública no Brasil.

Um estudo, realizado pelo *Núcleo de Estudos da Violência da USP* (2000) apresentou uma série de diretrizes essenciais para as autoridades brasileiras, nos níveis federal e estadual. Essas reformas demonstrariam para a população do Brasil e do mundo, que o país

finalmente conseguiu manter suas forças policiais sob controle, e as fez sujeitar-se ao império da lei. As recomendações foram:

- 1- Investigação rigorosa, pronta e rápida dos envolvidos em crimes, com punição exemplar aos culpados;
- 2- Efetiva proteção às testemunhas;
- 3- Controle disciplinar das policiais que não agem de forma apropriada;
- 4- Fim dos esquadrões da morte que operam dentro das corporações policiais;
- 5- Realização de cursos periódicas de atualização para todos os policiais;
- 6- Salários melhores e estímulos contra a corrupção;
- 7- Ampliação da jurisdição dos tribunais civis, que passariam a julgar também os réus militares;
- 8- Criação de uma instância federal para punir violações dos direitos humanos e,
- 9- Definição das atribuições da autoridade investigatória federal (Núcleo de Estudo da Violência - USP, 2000)

As recomendações de instituições como a *USP* são importantes nessa discussão, no entanto, sabe-se perfeitamente que tudo isso não é suficiente para o controle da violência institucional. A violência está enraizada como parte dos costumes, e manifesta-se nas atitudes de alguns grupos da sociedade civil. Essa forma pode ser considerada como violência sistêmica, na medida em que para muitos estudiosos os seus efeitos são considerados reflexos do passado político brasileiro. A sociedade exige do policial contemporâneo, mesmo do mais simples escalão, se exigirá, cada vez mais, discernimento dos valores éticos. Deve-se dar mais apoio às Academias e Centros de Formação e Aperfeiçoamento de policiais militares, civis e bombeiros militares, ao ensino de pesquisa e às bases da construção de uma Segurança Comunitária. Professores e instrutores estimulados e especializados em conhecimentos técnicos, em relacionamentos interpessoais, gerenciamento de crises e integrada com a comunidade. Nessa formação, é fundamental a preparação do profissional da segurança pública para atuar com base na lei, e na ordem hierárquica, na autonomia moral e intelectual. Uma segurança pública como instituição de serviço à cidadania tem tudo para ser valorizada e respeitada.

Nesse enfoque, é também necessário criar uma nova mentalidade nas esferas pública e privada, em conjunto com a sociedade civil organizada para que os direitos e garantias individuais prevaleçam na nossa sociedade. Tem que haver o compromisso de todos os cidadãos. *É o dever de todos para com todos!* (Lema da Defesa Civil, 2006).

Constantemente a sociedade civil organizada tem procurado reunir governantes e representantes da sociedade, com o grande objetivo: encontrar soluções para os problemas relacionados à violência e a segurança pública, com a devida participação da comunidade, buscando a promoção de uma segurança democrática, participativa. No Ceará, já existem vários movimentos representados pela sociedade civil, dentre esses os *Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS)*, que fazem uma parceria com os órgãos de Segurança Pública, buscando soluções para essa questão da violência e suas vertentes.

#### **1.4 A história recente da Segurança Pública no Ceará: A participação da sociedade**

Fazendo um retrospecto da Segurança Pública no estado do Ceará nos últimos anos, verifica-se que se teve nos meados de 1996 a 1997 uma ausência de procedimentos democráticos e a desconfiança por parte da população do comportamento da polícia na manutenção da ordem e da lei. Esses foram dois dos principais legados negativos dos antigos governos, tendo como cunho o autoritarismo: A corrupção e a perda dos princípios da disciplina e da hierarquia, que são os vetores que norteiam uma avaliação interna dos órgãos de segurança, principalmente da Polícia Civil. Neste combate é que os governos cearenses, sob o *slogan* de "governo das mudanças", buscaram imprimir sua marca na política de segurança pública. Internamente, tentaram recuperar os princípios da disciplina, da hierarquia e da moralidade, isolando o lado considerado "podre" dos órgãos de segurança, procurando reconstruir relações éticas entre superiores e subalternos. As relações decompostas estariam na base das ações ilegais e de emprego de corrupção imperantes nos órgãos de segurança, conjugadas com relações corporativas dominantes (Brasil, 2000: p.87).

Para superar essa conjuntura desfavorável, principalmente de deterioração das relações internas nos órgãos de segurança, foi escolhida uma cúpula dirigente de origem externa ao Estado do Ceará e com formação policial diferente da Polícia Civil e Militar. O embate estava estabelecido, aparecendo claramente o objetivo do Governo, que era o de romper as amarras pessoais imperantes nos órgãos de segurança do Estado, caracterizadas pela defesa de laços corporativos. No âmbito do aparato policial, discursos baseados na racionalidade e modernidade eram enfatizados. "Externamente, as administrações cearenses

buscavam recuperar credibilidade e confiança junto à população por meio de uma prática mais eficiente de combate à criminalidade e de implantação da lei e da ordem". (ibid, 2000, p.89).

Diante de tal situação, surgem programas estrategicamente preparados, objetivando recuperar o controle estatal do crime. As inovações estratégicas do plano de segurança para o estado do Ceará foram paulatinamente traçadas e construídas ao longo desta campanha, notabilizando-se pela busca de neutralidade e independência diante do poder econômico e político, quebrando as amarras com "ações ilegais" dos órgãos de segurança pública ligadas aos setores dominantes. A “*campanha contra a pistolagem*”, tal como ficou conhecida nos meios de comunicação de massa, não só possibilitou maior visão pública das ações e usos de combate ao crime, como também trouxe dividendos políticos. As mudanças das estratégias de atuação dos órgãos de segurança não ficaram restritas ao domínio técnico-administrativo, haja vista que o “*Caso França*” trouxe outros dividendos. Em maio de 1997, três meses após este ruidoso acontecimento, o Governo do Estado contratou a *First Security Consulting*, tendo à frente William Bratton. A consultoria propôs a criação de um projeto de segurança pública com nove Distritos-Modelo (DM) para Fortaleza, partindo das nove áreas militares que existem, com suas nove companhias de polícia militar (ibid, 2000: p.91).

“O eixo central do projeto Distrito Modelo (DM) é a reformulação da sistemática de trabalho das polícias através da unificação das ações desenvolvidas pela PM e pela PC, com o objetivo de racionalizar e estreitar a colaboração e o apoio entre as duas polícias no combate à criminalidade” (Ibid, 2000, p.93).

No âmbito dessas mudanças também é destaque a busca de parceria entre a prática policial e a população, principalmente com as lideranças populares interessadas na construção de um “policiamento comunitário”. Neste projeto, teve-se como realce o fortalecimento dos conselhos comunitários que vieram operacionalizar a mudança ou o acréscimo de “*defesa da cidadania*” no nome da *Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC)*.

A palavra de ordem desses conselhos é incentivar o bom relacionamento da comunidade e das lideranças com a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. A Segurança participativa “cria um sentimento de transparência e legitimidade, no compartilhar da responsabilidade, sem excluir o papel do estado, prestigiando a cidadania, motivando a sociedade a fiscalizar o Poder Público” (Silva, 2003: p.34).

Até janeiro de 2007, já haviam sido criados cerca de 1060 Conselhos, envolvendo diretamente 20.000 mil “voluntários da paz”, que se encontram espalhados pelos 184 municípios do Estado, com ramificações que abrangem bairros, distritos, vilas, povoados, no litoral, na serra e no sertão do Ceará. O município de Horizonte tem no decorrer dos anos participado ativamente dos CCDS, inclusive com Conselhos satélites (bairros e distritos) e de CCDS Juvenis organizados nas suas escolas públicas com uma importante participação. Representantes dos CCDS Juvenis do município estiveram em vários eventos juvenis, onde colaboraram inclusive, na elaboração da “*Carta de Quxeramobim - 2006 – O olhar dos jovens sobre a Segurança Pública*”, que se encontra no Capítulo 4, página 66, deste trabalho.

Um dos grandes eventos que se pode destacar para fazer essa interação “Escola-Polícia” foi uma parceria entre a *Secretaria Estadual de Educação, a Associação de Escolas Particulares do Ceará e a Secretaria Estadual de Cultura e Desporto*, realizada em 2002: O “*III Encontro Estadual: Estudantes pensando Segurança Pública*”. Tratou-se de um concurso artístico-literário, com participação dos estudantes de escolas públicas e particulares dos municípios cearenses, que teve como objetivo envolver os jovens na reflexão acerca da segurança pública.

Naquele importante evento, os estudantes das várias regiões do estado do Ceará puderam inscrever seus trabalhos em duas grandes áreas: Literatura, com a temática: “*Um mundo sem violência: vamos juntar forças e dividir responsabilidades*” e Artes Visuais, cujo tema foi: “*A segurança que queremos, a paz tão encantada*”. Nesse concurso, teve-se uma participação muito importante de alunos das escolas públicas de Horizonte, inclusive com vários trabalhos finalistas.

A Educação sempre foi remédio seguro para tratar sociedades e grupos sociais com problemas com a violência. No entanto, o dia-a-dia das escolas não tem correspondido a esta máxima. Depredações, ameaças e vandalismo no ambiente escolar fazem parte do dia-a-dia de alunos e professores. Buscando contribuir com essa questão, foi realizada essa pesquisa direta nas escolas públicas de Horizonte, procurando captar o “olhar” dos seus professores e alunos a respeito da violência nesses ambientes.

No decorrer do estudo, foram percebidos nessa violência, aspectos institucionais e familiares que não deixa de interferir na rotina das escolas. Também foi evidenciado que uma relação saudável entre professor, aluno e representantes da comunidade é benéfica para todos. A cooperação e a prática do diálogo entre a escola e as comunidades são sempre muito positivas. A seguir serão apresentadas 24 (vinte e quatro) tabelas que estão servindo de norteamento para estruturar os argumentos desta dissertação.

**Tabela 1 – Existem casos de violência física na escola – a sensação de segurança - 2007**

Resposta	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	27	26	39	38	66	32
Não	58	57	58	57	116	57
Não Respondeu	17	17	5	5	22	11
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Verifica-se que os alunos tiveram uma percepção mais aguçada da violência nas escolas; observa-se um equilíbrio na negação entre as partes, apesar de um percentual considerável de (57%) no global. Teve-se na pesquisa uma menor omissão (não respondeu) (5%) na participação do grupo de alunos. A omissão dos professores foi bem maior (17%).

**Tabela 2 – Ocorrências de violência nas escolas - 2007**

Atores	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Entre alunos	27	26	36	35	63	31
Entre Professor/aluno	1	1	3	3	4	2
Entre funcionário/aluno	0	0	1	1	1	0
Outros	3	3	0	0	3	1
Não existe	57	56	57	56	114	57
Não respondeu	14	14	5	5	19	9
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Os alunos e os professores afirmam que a maior ocorrência desses atritos está entre os próprios alunos (31% - global) e uma expressiva maioria afirma que não existe violência entre os seus atores sociais (57% - global). Entre alunos e funcionários as ocorrências são irrisórias, menos de 1% no global.

**Tabela 3 – Fatos graves de violência nas escolas públicas de Horizonte - 2007**

Fatos	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Lesão corporal	9	9	10	10	19	9
Homicídio	0	0	0	0	0	0
Suicídio	0	0	0	0	0	0
Outros	4	4	12	12	16	8
Não ocorreu	37	36	31	30	68	33
Não respondeu	52	51	49	48	101	50
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

O que se verifica é que há uma frequência importante de lesão corporal dentro das escolas, apesar de ter um percentual em torno de 10%; necessário se faz de se acompanhar essas ocorrências. Verifica-se um percentual considerável de “*não ocorrências*”,(33%) o que é positivo. Mais uma vez a “*não respondeu*” dos pesquisados tem um grande percentual de (50%), em torno da metade dos entrevistados.

**Tabela 4 - Uso de armas por alunos nas escolas pesquisadas - 2007**

Fato	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Uso de armas Brancas	7	7	13	13	20	10
Uso de armas de fogo	0	0	3	3	3	1
Outras	0	0	3	3	3	1
Não usam	35	34	28	27	63	31
Não respondeu	60	59	55	54	115	57
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

A presença de armas brancas na escola foi verificada com maior frequência pelos alunos (13%), em relação às observações dos professores (7%). A presença num percentual modesto de armas de fogo (3%), observado pelos alunos. Foi constatado, no entanto, que (31%) não usam armas nas escolas, o que é bom. Porém muito preocupantes são, as “*não respostas*” de um grande percentual de ambos os grupos (57% no global).

**Tabela 5 - Providências das escolas pesquisadas com os fatos graves - 2007**

Respostas	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Expulsão	0	0	12	12	12	6
Não ocorrem fatos graves	22	22	10	10	32	16
Reunião Conselho Tutelar	13	13	6	6	19	9
Procurar a família	13	13	25	25	38	19
Ações comunitárias da escola	28	28	25	24	53	25
Não respondeu	26	24	24	23	50	25
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Ambos os grupos sugerem a participação da família (19% no global), tendo um percentual maior junto aos alunos (25%); O *Conselho tutelar* é mais sugerido pelos professores, ocorrem também casos de expulsão (12%). No entanto mais uma vez a omissão participa de forma considerável (25% do global).

Para consolidar esta nova compreensão da violência, como a escola deve agir, quais as providências a serem tomadas, Pois então, é preciso o esforço de repensar a escola tanto interna quanto externamente, em suas relações com o ambiente em que ela está inserida no contexto comunitário. *A Revista Época*, (18/09/2006), traz uma reportagem muito interessante desses trabalhos que ocorrem no Brasil: “*As escolas mais inovadoras*” (*Apêndice IV*). Nesse caso, a abertura das escolas públicas no final de semana tem apresentado grandes conquistas nos locais onde elas se encontram, onde se verifica a grande participação dos alunos, pais e outros atores da comunidade.

No estudo de Horizonte têm-se várias sugestões que deverão nortear os empreendimentos governamentais como também aliar, nesse contexto a participação direta da sociedade civil organizada, tendo-se como um dos seus focos principais os jovens que convivem na escola e nas suas cercanias. A juventude dessa forma terá que ser, com certeza, o principal protagonista dessas ações. No próximo Capítulo tratar-se-á dessa discussão.



## CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

### 2.1 Uma contextualização preliminar

Dando continuidade ao estudo sobre a violência nas escolas públicas, focando o olhar dos seus professores e alunos, necessário se faz engajar nessa discussão a questão da juventude e seus complicadores. Tem-se que verificar como esses jovens estão envolvidos nesse contexto e, principalmente, como ela pode contribuir para se enfrentar essa realidade tão complicada e cheia de nuances. Nos dados obtidos na pesquisa de Horizonte se constata essa situação, onde verifica-se que as atitudes comportamentais que ocorrem no ambiente escolar, como as agressões ou vias de fato, o uso de armas, os casos de intimidação, as suspensões e até expulsões, têm uma ligação direta com a falta do apoio familiar, ausência de programas executados pela escola e até mesmo a inexistência de políticas públicas eficientes. Essa realidade viabiliza uma condição junto a esses atores sociais transformando essa situação em casos de violência. Na intensificação dessa violência juvenil há sempre um apelo em favor do reconhecimento da sua realidade, seja no ambiente escolar, seja no dia a dia familiar, ou até mesmo entre amigos do bairro.

Para Arendt (1991), há distinções conceituais entre o fenômeno da "violência" e do "poder". O que ela sustenta, é que a violência não é apenas distinta do poder, mas, precisamente, o seu oposto. Se o poder é a capacidade que se tem de agir, todo tolhimento de uma ação estimula o ato violento. A escola tem um papel importante quando se trata de tomar as providências nos seus ambientes, portanto, é preciso criar mecanismos para tolher essas manifestações de violência nas escolas. O fenômeno da violência equivale, sempre, a uma reação à subtração arbitrária de direitos, principalmente no campo social. Atualmente os jovens têm exercitado muito esse tipo de atuação, principalmente com gestos de intimidação (ibid, 1991: 47).

Nos casos de intimidação entre os alunos, exemplos de reações que expressam a impotência dos que sofrem essas ações, são componentes da pesquisa de Horizonte, na qual, foram constatados importantes fatos com especificidades interessantes, e de certa forma preocupantes, como : racismo, casos de homofobia, preconceitos contra obesos, tímidos e

portadores de deficiência especial, dentre outras atitudes que estão apresentadas nesse capítulo. Também foram questionadas as providências adotadas pelo núcleo gestor junto aos intimidadores, bem como as ações da escola no que tange aos alunos sujeitos à vitimização que expressam essa impotência citada. Isso pode ser verificado nas Tabelas 6 e 7 que se seguem.

**Tabela 6 - Casos de intimidação entre alunos - 2007**

Respostas	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Racismo	14	14	25	25	39	18
Intimidação junto aos portadores de necessidades especiais	12	12	6	6	18	9
Homofobia	6	6	18	18	24	12
Obesidade	10	10	10	10	20	10
Timidez	9	9	15	14	24	12
Outras opções	5	5	10	9	15	7
Não sabe	46	44	28	28	64	32
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

O racismo desponta com um importante percentual (18% do global), e entre alunos (25%), seguida pela intimidação aos portadores de necessidades especiais no global(9%). A homofobia e a timidez vistas pelos alunos, aparecem com percentuais de (18% e 14%), respectivamente. A “não existência de casos de intimidação” e os que “não responderam”, têm percentuais altos, professores (45%) e 28% dos alunos pesquisados. Portanto, necessita-se trabalhar preventivamente essas questões, procurando sensibilizar os jovens para a cultura de paz e os preceitos de respeito às diferenças em todas as suas dimensões.

**Tabela 7 - Providências da escola junto aos intimidadores - 2007**

Respostas	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não existe providências	22	22	28	27	50	25
Reunião com pais	0	0	5	5	5	2
Diálogo entre alunos	25	25	35	34	60	30
Campanha de esclarecimento	9	9	5	5	14	7
Outras opções	9	9	8	8	17	8
Não sabe	37	37	21	21	58	28
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

A categoria “*Não existe nenhuma providência junto aos intimidadores*” obteve uma média global de 25%, e os que não responderam 28% (global); isso possibilita uma margem de 53% do restante dos resultados para ser trabalhado, e nesse caso entram as várias sugestões citadas nesta Tabela. A tônica das respostas está no diálogo, principalmente acentuado pelos alunos, onde são citadas as campanhas de esclarecimento. É também observado que alguns não se manifestaram diante da indagação (28% do global).

**Tabela 8 - Providências da escola junto aos alunos vitimizados - 2007**

Providências	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Diálogo com alunos	12	12	25	25	37	18
Estudo caso a caso	34	34	0	0	34	17
Outras opções	11	11	9	9	20	10
Não existem providências	17	17	36	35	53	26
Não respondeu	28	26	32	31	60	29
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Um considerável percentual dentre os pesquisados (26% do global) afirma que não existe nenhum trabalho em relação aos vitimizados. Um significativo percentual de alunos e professores não opinou (29%), no entanto o que se destaca é que os dois grupos afirmam (principalmente os alunos), que as providências estão sendo tomadas em apoio aos vitimizados: diálogo com alunos(18%), estudos de casos(17%) e outras opções(10%). Portanto, necessário se faz aliar a essa discussão a estudos realizados com outros jovens, numa outra situação que venha enriquecer essa análise. Em trabalho de pesquisa coordenado e realizado pela UNESCO e pelo *Laboratório de Estudos da Violência (LEV)* da Universidade Federal do Ceará, intitulado, *Ligado na Galera*, do professor César de Barreira et alli (1999), apresenta naquele estudo, indicados dos motivos alegados pelos jovens para que ocorra a violência, bem como esses jovens percebem essas ocorrências. Verificou-se que a grande maioria desses jovens entende que a violência está relacionada a vários motivos. Isso é demonstrado por essa representação imputando a violência, antes de tudo, às mazelas sociais, enfatiza a pesquisa. O que se percebe no entendimento desses jovens é que há uma enorme desigualdade social, a falta de oportunidade de escola e de emprego, a impunidade, e se apresenta com um índice muito importante, a falta de cultura. (ibid, 1999: p.173).

Na pesquisa com os integrantes das escolas públicas de Horizonte são apresentados vários aspectos que necessitam ser trabalhados, para melhorar essa realidade, coincidindo, inclusive com o trabalho do *LEV*, no qual também se acentuam, a falta de oportunidade, de escola e de emprego e a impunidade, se apresentando com índices muito importantes. Portanto, a falta de cultura e educação é focada fortemente. Pois, para que possamos alterar essa realidade devemos investir mais na melhoria na qualidade da educação e melhores programas culturais, sem esquecer no entanto a questão das oportunidades no emprego e renda. Tem-se que priorizar esse segmento da população, viabilizando sua participação e levando a esses, atividades e ocupações construtivas, eficazes e permanentes.

## **2.2 A juventude como centro das atenções na questão da violência**

Na contemporaneidade, entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social, seguramente uma das mais importantes é a da juventude. O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população brasileira, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da sua cidadania.

Organismos e agências internacionais, entre eles o *BID* e a *UNESCO*, em decorrência desse quadro, colocaram o desafio da juventude em suas agendas prioritárias de ações. Como desdobramento dessa postura, essas instituições têm aprofundado a reflexão para encontrar alternativas viáveis que possam subsidiar as políticas sociais dos países em desenvolvimento. Os recursos são limitados e não se pode mais caminhar no meio de incertezas que caracterizam políticas improvisadas, desarticuladas e de efeitos meramente sazonais. Há a necessidade de um enfoque multidisciplinar devido à multiplicidade de fatores que interagem e formam essa realidade.

É importante frisar que a violência praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontra a juventude, dificultando, por conseguinte, o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura.

“O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, aliado as turbulentas condições socioeconômicas, ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Em consequência, delineiam-se cenários críticos difíceis de serem enfrentados por políticas de efeito parcial” (ABRAMOVAY, 2002, p. 76).

Dessa forma, a juventude quando se encontra na condição de vulnerabilidade, aliada às condições sócio-econômicas, que estão em diferentes segmentos sociais, ocupa de uma forma marcante as páginas da imprensa escrita e os noticiários televisivos. Nesse contexto da violência juvenil, o que se pode enfatizar junto a essa discussão é que existem além dos fatores sociais, fatores psicológicos que contribuem para a ocorrência da violência juvenil, tais como hiperatividade, impulsividade, controle comportamental deficiente e problemas de atenção, estando entre os principais motivos que levam à violência juvenil (FARRINGTON, 2000, p.156).

Nas manifestações dos atores pesquisados nas escolas públicas de Horizonte, no que tange, a propor sugestões para abrandar essa realidade da violência, estão as propostas de viabilizar investimento e elaborar projetos sociais para atingir dessa forma essa dura realidade de vulnerabilidade desse contingente infanto-juvenil. O que foi apresentado pelos entrevistados na questão de políticas públicas de prevenção da violência remete as autoridades a olharem com mais atenção os indicadores precoces da violência juvenil, afinal tem-se nesse contingente escolar mais de 10 mil alunos nas escolas públicas de Horizonte, onde variáveis psicológicas, familiares e socioeconômicas estão sempre presentes.

De acordo com o estudo desenvolvido por FARRINGTON (2000), dentre vários aspectos, a baixa inteligência, o desempenho escolar deficiente e fatores psicológicos (hiperatividade, déficit de atenção, impulsividade e a tendência a se expor a riscos) são indicadores previsíveis de futuros delitos graves e violentos. Nesse contexto, pode-se discutir

a questão das ações a serem trabalhadas diante da realidade de Horizonte. Nos capítulos à frente será discutida essa questão.

Diversas entidades e organismos internacionais que atuam na América Latina, entre eles: *UNESCO*, *UNAIDS*, *CEPAL*, *CELADE*, *OMS E OPS*, desenvolvem pesquisas utilizando na medida do possível, os dados mais atualizados disponíveis sobre a questão, inclusive desenvolvendo ações nesse setor. No entanto, apesar do esforço, apresentam ainda uma certa defasagem nessa implementação, o que se percebe é que:

A crescente incapacidade do mercado de trabalho em absorver indivíduos pouco qualificados ou com pouca experiência, como é o caso dos jovens;  
 As dificuldades enfrentadas pelos governos em reformar os sistemas educacionais para que acompanhem as mudanças da sociedade e incorporem as novas aptidões e habilidades requeridas, e  
 As tendências no quadro cultural contemporâneo, por um lado estimulam a sexualidade precoce e por outro incentivam as resistências em educar, sensibilizar e oferecer os meios para evitar que tal atividade favoreça a gravidez não planejada e o contágio de doenças, sexualmente transmissíveis. (UNESCO, 2002).

Diante desse contexto, acompanhando o estudo da *UNESCO*, necessário se faz compreender as dificuldades encontradas no mercado de trabalho e os problemas enfrentados pelos governos em reformar os sistemas educacionais, adequando-os novas aptidões e necessidades. Essas pesquisas nos propiciam dados que nos balizam para que possamos nos ater as circunstâncias e as tendências que a contemporaneidade nos apresenta.

### **2.3 Como os jovens têm se confrontado em relação à violência**

Pode-se observar que o conjunto constituído por pais, filhos, educadores e autoridades, que convivem com essa violência, está confrontado com uma crise em que são postos em questão fundamentos de identidade de cada um. É freqüente pais e educadores se queixarem do comportamento irregular, indisciplinado e rebelde dos jovens, ao mesmo tempo em que se observa uma tendência dos jovens a denunciarem o estilo de vida e a orientação educacional dos pais, acusados de “*quadrados*” em relação ao mundo contemporâneo. Do impasse gerado, podem surgir, então, atos de agressão, grosserias, rebeldia, bem como crises de mau humor, irritabilidade, intolerância e até o cometimento de delitos.

Os comportamentos violentos atingem o auge nos anos da adolescência. Para Archer (1991: p.18), “já foram associados aos níveis de testosterona (criando situações de extrema irritabilidade) nos jovens do sexo masculino, que aumentam durante a adolescência e os primeiros anos da idade adulta, diminuindo a partir daí”. Dessa maneira, esse comportamento reflete a luta do adolescente para se sentir independente dos pais. Há ambivalência quanto à situação de dependência, pois o adolescente move-se entre a dependência-independente e a independência-dependente. Os ambientes escolares têm sido o cenário propício para essas manifestações (KNOBELL, 1981: p.78).

Também está nessa conjuntura, “as mudanças acarretadas pela idade, em termos de capacidades físicas e oportunidades de cometer atos de violência, vinculadas às mudanças nas “atividades de rotina”, tais como freqüentar bares à noite, em companhia de outros rapazes, são explicações correntes de maior aceitação, dão ênfase à importância das influências sociais” (Farrington, 2000, p. 63).

As oportunidades de se cometer delitos, violência, se acentuam por ocasião das mudanças acarretadas pela idade, com o aumento da capacidade física. Dentre os inúmeros tipos de ações indevidas praticadas por adolescentes ligados as mudanças nas suas rotinas são sentidos nos espaços escolares, onde alguns exemplos são: o não-comparecimento às aulas, consumo de substâncias psicotrópicas, mentiras contumazes e promiscuidade sexual (Brennan et. al, 1989: p.258).

É importante, para que se possa desenvolver teorias sobre a violência, estabelecer de que forma os fatores de risco têm efeitos independentes, aditivos, interativos ou sequenciais. De modo geral, a probabilidade de ocorrências de violência aumenta com a presença dos fatores de risco, citados acima (ibid, 1989: p.258).

O trabalho de campo em Horizonte adentrou a determinados aspectos, onde o ambiente escolar, a família, as instituições públicas, os programas governamentais, entre outras questões foram inseridos no estudo, captando portanto, a realidade das escolas pesquisadas. O que se verifica ao se perguntar quais os principais motivos dos casos de violência praticada por alunos e como conseqüência a expulsão providenciada pelo núcleo gestor, vários motivos são apresentados. Aliando-se as constatações de Brennan (1989:p.261), estão superpostos a essa versatilidade, os comportamentos violentos desses jovens, mesmo

num percentual muito baixo, onde é apresentado um pequeno índice de ocorrências, desde agressões a colegas, vandalismo e até agressões a professores, entre outros, como aqui está constatado na Tabela 9.

**Tabela 9 - O porquê das expulsões de alunos - 2007**

Respostas	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Agressões aos professores	4	4	2	2	6	3
Vandalismo na escola	2	2	10	10	12	6
Agressões ou vias de fato	7	7	12	11	19	9
Não existe expulsão	84	82	76	75	160	79
Não respondeu	5	5	2	2	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Não se constata números de ocorrências consideráveis de expulsões nas escolas e, os casos que acontecem estão ligados a agressões ou vias de fato (9% no global) e vandalismos (6% no global). Os casos preocupantes são aqueles ligados às agressões a professores (3% do global), ainda que seja em um baixo percentual. Observa-se, que não existem casos de expulsão de alunos, segundo os informantes (79% no global). Isso é muito interessante. Está ligado diretamente à questão da boa disciplina nos ambientes escolares.

Por sua vez, a Teoria da Violência Juvenil, segundo Farrington (2000), pretende ser coerente com as teorias existentes e com os fatos conhecidos sobre os fatores de risco, que acarretam ações dentro das escolas, inclusive causando as expulsões constantes, casos que não ocorrem no município pesquisado.

Na Teoria da Violência é enaltecido que as influências de longo prazo que estão no dia a dia das pessoas e que fazem parte do processo de formação dos jovens, elementos psicólogos, vivenciados no seio familiar, nas atividades escolares, nas ações comunitárias, nos encontros religiosos desses grupos e dos seus pares, etc. Esses aspectos levam ao desenvolvimento de diferenças individuais duradouras, razoavelmente estáveis e de mudança lenta, relativas ao potencial de violência. (ibid, 2000: p.74)



Diante desse contexto, superpostas a essas diferenças individuais de longo prazo, destacadas acima por Farrington (2000), há também variações de curto prazo, internas ao indivíduo. Essas variações de curto prazo “dependem das influências motivadoras imediatas, tais como sentir-se entediado, zangado, bêbado ou frustrado, e também das oportunidades circunstanciais, incluindo a disponibilidade de vítimas potenciais” (Ibid 2000: p.77).

O fato de uma pessoa vir ou não a praticar uma violência dependerá dos processos cognitivos (de pensamento), que incluem o exame dos custos e benefícios da violência e das probabilidades e riscos a ela associados, tais como percebidos pela pessoa, e também os repertórios comportamentais acumulados. Supõe-se também que as conseqüências da violência (vantagens, castigo, rótulos etc.) possam ter efeitos retro alimentadores num processo de conhecimento sobre o potencial de violência em longo prazo e sobre os processos decisórios, por exemplo, influenciando as percepções subjetivas de custos, benefícios e probabilidades.

Os professores e alunos pesquisados discorrem nas suas respostas sobre a violência intra-escolar e fazem proposituras quanto aos mecanismos trabalhados pelo núcleo gestor da escola para mudar esse quadro, na busca de minimizar essas questões, em conjunto com todos os atores sociais que convivem nesses ambientes.

**Tabela 10 - Mecanismos do núcleo gestor para a questão da indisciplina - 2007**

Mecanismos	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Reunião com pais	28	28	26	26	54	27
Diálogo com alunos	24	24	30	29	54	26
Expulsão / suspensão	4	4	6	6	10	5
Conselho Tutelar	10	10	6	6	16	8
Outras opções	18	17	15	15	33	16
Não respondeu	18	17	19	18	37	18
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Apreciam-se aqui atitudes do grupo de educadores como um todo. Verifica-se que os pesquisados apostam na questão do diálogo (26%). Na participação direta dos pais (27%), e no acompanhamento do Conselho tutelar (8%). Mais uma vez, observa-se a intenção dos

alunos na rigidez das ações junto a seus pares, inclusive, a expulsão/suspensão (6% dos alunos).

Por outro lado, as ações práticas recomendadas e sugeridas por Chernais (1999), de um modo geral na prevenção ao crime, são: escolas de qualidade, saúde, infra-estrutura, cultura, lazer, desporto, habitação e emprego. O autor também cita, a mudança cultural e a descentralização no controle dos orçamentos públicos, a responsabilidade das entidades sociais locais e internacionais e das elites intelectuais. Nessa conjuntura se faz necessária a prática dos direitos humanos em toda a sua plenitude e, dentro dessa visão ocorre um entrelaçamento com os resultados dos entrevistados nas escolas de Horizonte. Há um entendimento que os atuais programas sociais não têm atendido as demandas com a proficiência necessária. Essas instituições exigem programas urgentes de acompanhamento e recuperação de adolescentes para que esses possam deixar os caminhos delituosos.

O estudo de Horizonte apresentou que a participação de ações institucionais com suas políticas públicas deve nortear os empreendimentos governamentais nesse sentido, aliando-se à participação direta da sociedade civil organizada, tendo-se como um dos seus focos principais a juventude, que terá de ser, com certeza, o principal protagonista dessas ações. No próximo capítulo se tratará dessa discussão.

## **2.4 Desafios a serem enfrentados pela juventude**

Uma das dificuldades enfrentadas pelos jovens de um modo geral, é quando esses atingem a maioridade e têm que assumir um trabalho, ou até mesmo subempregos, quando muitos têm que abandonar a escola ou freqüentar suas aulas com grandes dificuldades. Numa situação como essa, têm que suportar jornadas de trabalho extenuantes prejudicando suas concentrações nas atividades escolares. A vulnerabilidade desses jovens se acentua quando esses não conseguem oportunidades de emprego, ocorrendo dessa forma a possibilidade de se envolver em ações delituosas. Essa realidade pelo que se constata é inerente aos grandes e médios centros urbanos. Horizonte já possui uma considerável população urbana de 45.251

habitantes (IBGE/2006) e tem uma participação considerável de migrantes de outras regiões do estado, que vem disputar com seus nativos as possibilidades apresentadas pelo seu importante parque industriais

Pode-se afirmar que é complexo se buscar uma participação mais efetiva desses jovens quando, conforme recentes estudos empreendidos por organismos internacionais<sup>2</sup> boa parte dos jovens está submetida a um risco de exclusão social sem precedentes. Comparada às médias nacionais de outros estratos da população, a pobreza entre os jovens, especialmente entre os adolescentes de 16 a 19 anos de idade, revela-se superior. Segundo os dados da CELADE, existe uma relação inversa entre a idade e o nível de pobreza, quanto menor a idade, maior a incidência da pobreza e vice-versa.

Ao estudar o ritmo de crescimento da população de 15 a 24 anos no caso específico do Brasil e, em Horizonte, os alunos pesquisados estão nessa faixa etária, observa-se nesse panorama demográfico, uma “*onda jovem*” onde se chama a atenção para o fato de que, vive-se um pico abrupto no número de adolescentes, cuja média gira em torno de 17 anos, em que essa população de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil é composta por mais de 34 milhões de pessoas (IBGE, 2000).

Com relação a essa “*onda jovem*”, deve-se ressaltar que tais tendências demográficas remetem a desafios imperiosos no que tange à incorporação dos jovens de forma produtiva no mercado de trabalho, bem como sua participação política, cultural e social. O município de Horizonte tem um parque industrial muito importante, o município tem um PIB per capita de R\$ 11.177,00 (IBGE/2004), um Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) de 50,05, ocupando o 8º lugar no estado. Diante dessa condição econômica do município, os jovens estudantes das escolas têm uma expectativa para suas futuras possibilidades de ocupação na sua cadeia produtiva.

Considerando-se a condição a qual a juventude está submetida, foi constatado na pesquisa das escolas de Horizonte ao questionar-se: “como os alunos podem colaborar no protagonismo com ações preventivas junto à violência?”, as suas participações proativas no

---

<sup>2</sup> Realizados pelo Banco Mundial, BID, CEPAL, PNUD e UNESCO, (ABRAMOVAY et.al. 2002)

processo é que farão à diferença nesses resultados. Observa-se que hoje uma das grandes preocupações das autoridades constituídas, pais e entidades ligadas à juventude, com relação ao avanço indiscriminado das drogas junto à juventude. Nas Tabelas 11 e 12 são apresentadas questões que incluem esse assunto que é mais preocupante para os educadores e familiares: o uso das drogas lícitas e ilícitas, como elas ocorrem junto aos alunos e quais as medidas da escola em relação a elas. A seguir as tabelas apresentam:

**Tabela 11 – O Uso de drogas lícitas e/ou ilícitas pelos alunos nas escolas pesquisadas - 2007**

Categorias	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não existe	62	61	60	59	122	60
Existe nas dependências internas	4	4	8	8	12	6
Existe nas dependências externas	4	4	7	7	11	5
Não sabe	32	31	27	26	59	29
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Um percentual dos dados muito significativo (60%) nega o uso de drogas lícitas (álcool/tabaco/cola) e ilícitas (maconha/craque/cola). A pesquisa não especificou e nem solicitou detalhes à respeito do tipo de drogas. Verifica-se que existe a afirmação de casos (11%) quanto ao uso nas dependências internas e externas. Um percentual de (29%) não se manifestou sobre o assunto. Lamentável, é que (11%) já está utilizando a droga.

**Tabela 12 - Medidas a serem adotadas pelas escolas pesquisadas relativas às drogas- 2007**

Fato	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Palestras	22	22	13	13	35	17
Projetos Sociais	6	6	6	6	12	6
Encaminhamento p/ outros órgãos	10	10	8	7	18	9
Diálogos com alunos	26	26	22	22	48	23
Reunião com pais	19	18	16	16	35	17
Outras opções	11	10	15	15	26	13
Não respondeu	8	8	22	21	30	15
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Dentre as sugestões de medidas a serem adotadas evidencia-se a importância do diálogo com os alunos (23%). Também são lembrados os encaminhamentos aos órgãos competentes (9%). O efeito positivo das palestras (17%) e as reuniões com os pais (17%) e a implementação de projetos sociais (6%). Portanto essas medidas são as sugestões repassadas segundo os olhares desses atores pesquisados. Isso é muito bom para os jovens. Essas medidas explicitadas pelos atores pesquisados nas escolas de Horizonte são apresentadas e devidamente contextualizadas no livro: “*Drogas, esse caminho sai caro: os caminhos da prevenção*” (CAVALCANTE,1997). O autor evidencia a necessária participação das instituições públicas acompanhando e colaborando com as demandas na prevenção às drogas..

Uma das questões abordadas junto aos entrevistados nas escolas de Horizonte é sobre quais os obstáculos que a escola tem que sobrepor-se e, o que ela já possui de atividades para prevenir a sua juventude perante a violência Tabela 13. Nesse estudo de Horizonte encaminham-se idéias e propostas que têm a escola como a grande e essencial articuladora desse processo de prevenção às drogas e, por conseguinte, a violência. Essa realidade que se apresenta impõe a necessidade de, por um lado, definir políticas para a juventude no contexto interativo das políticas globais de desenvolvimento e, por outro, fortalecer o capital social e cultural do jovem, não se esquecendo a participação da escola e dos seus movimentos como grandes colaboradores nessa discussão. Essa articulação deverá ser por intermédio de projetos ou políticas que viabilizem a sua inserção no conjunto dos esforços do país para superar e remover os entraves existentes.

Na pesquisa de Horizonte evidenciou-se a escassez de recursos tanto financeiros como humanos, entre outros, para a implementação de ações. No entanto, quando se indagou como trabalhar preventivamente a questão da violência, várias sugestões apareceram: trabalhar os alunos através de palestras e seminários como o Programa Educacional de Resistência as Drogas da Polícia Militar (*PROERD*), dentre outras. Combater a violência juvenil requer mudança de percepção dos formuladores de políticas públicas no que diz respeito ao papel dessas políticas sociais na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

**Tabela 13 – Ações das escolas pesquisadas em Horizonte para a prevenção da violência - 2007**

Categorias	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não tem parceria	31	30	36	35	67	34
Palestras/seminários	22	22	10	10	32	16
Projetos de prevenção às drogas (Proerd)	13	13	0	0	13	6
Reunião e diálogo com alunos	6	6	13	13	19	9
Outras opções	6	6	7	7	13	6
Não respondeu	24	23	36	36	60	29
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

A não parceria da escola com os programas e a sugestão de palestras são bem evidenciadas nesta tabela. Positiva é a presença do Proerd (PM), apesar de tímida (6%), mas é um item a ser destacado. Quando os professores e alunos foram consultados para responderem sobre como a escola e seus atores atuam ou podem contribuir nas ações preventivas à violência, constatou-se que as respostas foram muito focadas em ações ligadas à palestras/seminários (16%), reuniões e diálogos (9%).

**Tabela 14 - Atividades desenvolvidas pelas escolas na prevenção à violência - 2007**

Atividades	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Feira de Ciências. / Semana Cultural	15	15	20	20	35	17
Conferências/Gincanas/Oficinas	18	18	20	20	38	19
Teatro/Festival/Outras artes	28	28	18	17	46	23
Eventos com discente-docentes	7	7	8	8	15	7
Atividades desportivas	24	24	24	24	48	25
Não realiza	8	7	12	11	20	9
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

A presença de ações proativas através de atividades desportivas (25%), e um equilíbrio das atividades artístico-culturais (23%), a sugestão de conferências, gincanas e oficinas (19%) e, as feiras de ciências (17%). A participação da família nessa discussão esteve presente nas respostas apresentados pelos professores e alunos. A discussão entre pais e filhos tão evidenciada pelos entrevistados é primordial nessa conjuntura. Assunto como a própria

“família”, onde o jovem passa a maior parte do tempo, e o seu futuro profissional, são temas também discutidos na pesquisa.

**Tabela 15 - Vínculo das escolas de Horizonte pesquisadas com os pais e alunos - 2007**

Ações	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Reunião pais/mestre	47	47	58	57	105	52
Diálogo alunos/escola/pais	20	20	15	15	35	17
Outras opções	11	11	16	16	27	13
Não respondeu	24	22	13	12	36	18
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

O percentual que mais uma vez aparece é a presença dos pais (52% no global). A pesquisa apresenta a inclusão do papel do jovem, da sua escola e da sua família (17%). Em relação aos fatores até agora analisados, pode-se argumentar que influenciam essencialmente no desenvolvimento em longo prazo do potencial para a violência apresentado por um indivíduo. Na potencialização dessa violência juvenil há sempre um apelo em favor do reconhecimento da sua realidade, seja no ambiente escolar, seja no dia a dia familiar ou até mesmo entre amigos do bairro. Esses personagens citados na Tabela 15, contracenam entre si, estudando e avaliando essa conjuntura e, contribuindo, portanto, para que se possa entender melhor essa lógica e dar subsídios plausíveis para trabalhar as políticas públicas que venham atender às expectativas desse universo juvenil, tão interessante e tão cheio de nuances e virtuosismo.

Portanto, através dos dados apresentados no decorrer deste Capítulo e também das informações desenvolvidas nos tópicos, nos quais a juventude se apresenta como o centro das atenções na discussão da violência. Precisa-se sensibilizar a sociedade através de seus recursos objetivando a internalização de valores que deixe evidente que a juventude de hoje assumirá a liderança no dia de amanhã. Tem-se que verificar os desafios que estão presentes no seu dia-a-dia, desde a falta de oportunidades, a desatenção dos pais, a presença das drogas que desafia a todos e, a importante e necessária participação da escola com seus programas e políticas de condução buscando um lugar seguro e promissor. Valorizando-se assim esse segmento social, acarretando um futuro promissor para toda a humanidade. Todos os esforços devem ser encaminhados para um protagonismo juvenil saudável, criativo e construtivo.

## CAPÍTULO 3 - A ESCOLA PÚBLICA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA JUVENIL

### 3.1 A importância da educação na prevenção à violência juvenil

Neste capítulo, será tratado como a escola pública pode intervir diretamente na vida da população juvenil tendo como seu componente chave o trabalho de prevenção. A educação propiciada pela escola é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes. Neste sentido, a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens. Através das escolas públicas do município de Horizonte, onde foi utilizado o olhar dos seus docentes e discentes, pode-se ter uma importante contribuição para a percepção dessa realidade.

Na pesquisa de Horizonte foram contempladas escolas da sede e da zona rural. Por ser uma área territorial pequena, a pesquisa mostra que não ocorrem tantas diferenças entre os alunos que povoam essas localidades, o que se tem observado é que as ocorrências são praticamente idênticas em relação ao comportamento dos seus atores quer seja da área rural ou urbana. A pesquisa de Horizonte indaga aos pesquisados como a escola pode contribuir com as providências em face a ações indevidas dos seus alunos.

**Tabela 16 . Atitudes a serem tomadas pelas escolas na prevenção à violência - 2007**

Categorias	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não existe violência na escola	9	9	0	0	9	4
Diálogo entre alunos	35	35	40	39	75	37
Palestras	14	14	20	20	34	17
Reunião com pais	12	12	25	25	37	18
Apoio do Conselho Tutelar	10	10	0	0	10	5
Oportunidades de trabalho	5	4	7	7	12	6
Não respondeu	17	16	10	9	27	13
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Diante do quadro apresentado, observa-se que a proposta do diálogo entre alunos foi confirmada com (37%), a participação dos pais (18%) e palestras (17%). Os professores



atentam para a colaboração do Conselho Tutelar (10%). Diante das respostas, é bom que se possa entender como os alunos e professores estão vendo o papel das escolas.

Essa realidade possibilita aos componentes desses ambientes escolares tratarem esses espaços públicos como um lugar deveras importante para a juventude local. O município tem a responsabilidade do ensino fundamental. Em Horizonte, das 34 (trinta e quatro) escolas públicas existentes, 32 (trinta e duas) são municipais. Portanto, o governo municipal tem a predominância do ensino público local. No que se refere ao ensino fundamental<sup>4</sup>, dados da *UNESCO* (2002) apontam-no como o maior subsetor de qualquer sistema educacional no mundo, isto é, dentre todos os setores educacionais, o primário ou fundamental é aquele que possui o maior número de alunos matriculados. Por sua vez, esses ambientes são integrados por adolescentes com todo o vigor e também com as especificidades inerentes a sua idade, ou seja, estão mais vulneráveis e por sua vez, mais sujeitos às práticas de violência.

Portanto, no que tange à questão relacionada as ações junto aos jovens, encontra-se uma preocupação desses referente à outra dimensão crucial de sua vida, o trabalho (6%) no global. Em geral, a principal inquietação dos jovens sobre a educação remete à questão da perda da importância do ensino formal para sua inserção no mercado de trabalho, não se percebe bem a necessidade de um segundo grau para ganhar dinheiro, o que se pede mais é experiência. Em Horizonte, por ter um parque industrial considerável, muitos jovens têm abandonado os estudos, para trabalharem em regimes que impossibilitam dar continuidade aos seus estudos. Por ocasião da pesquisa com os docentes e discentes das Escolas de Horizonte, foi detectado a preocupação desses com as dificuldades em avançar nos seus ideais, e dentro dessa situação foi apresentada uma omissão por parte dos pesquisados em contextualizar essa realidade com mais detalhamento (13%) no global.

Os alunos que se afastam da escola e não conseguem se empregar serão vítimas em potencial a transgredir e se tornarem pessoas nocivas à sociedade, não se deve generalizar. Ter o diagnóstico dessa realidade auscultando propostas e caminhos a serem protagonizados, foi o grande objetivo da pesquisa realizada nas escolas públicas do município de Horizonte.

---

<sup>4</sup> A expressão educação fundamental é utilizada pela UNESCO desde 1946, data da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

### 3.2 Por que estudar a violência no contexto escolar

Ao se discutir a escola e a violência juvenil no seu dia-a-dia percebem-se que nestes últimos anos no Brasil, surge esse assunto como uma questão política, vale dizer: como um assunto de muita relevância. No entanto, para que se possa aprofundar essa discussão, é necessária que seja, antes de tudo, objeto de reflexão. Seria interessante reconhecer que se experimenta uma época cujas características mais marcantes estão envolvidas e vinculadas à velocidade, ao movimento e ao tempo. O jovem e a escola têm participado e acompanhado ativamente dessa evolução.

O município de Horizonte tem se apresentado como um ente que tem dado uma grande importância às suas Políticas Públicas na área da educação, cultura e desporto, como mostra o número considerável de matrículas na sua rede de ensino municipal (10.984), segundo o censo escolar de 2006. Nesse contexto, vários programas do município têm acompanhado a criança e o adolescente com ações preventivas e o protagonismo juvenil. O Relatório institucional das políticas públicas do município- 2006, apresentam 31 (trinta e um) projetos, com objetivos traçados, ações delineadas e o acompanhamento devido dos seus responsáveis.

A juventude, mais precisamente, a adolescência é um trânsito entre o mundo da iniciação habitado pelas crianças e o mundo da realização vivido pelos adultos. As sociedades que se conhece imaginaram a instituição escolar como o espaço privilegiado para a preparação dos jovens diante dos desafios da integração ao mundo do trabalho.

Jovens que carecem de limites e que se inclinam em direção à perversão parecem ser, neste quadro, um resultado previsível. O que parece ter diminuído é a incidência formadora dos pais sobre seus filhos. Se esta observação for verdadeira, há uma nova demanda sobre a escola no Brasil, uma demanda para a qual os professores precisam ser mais bem preparados. Agora, para que esses mestres alcancem o preparo e as condições ideais para exercerem plenamente suas atividades com a proficiência devida, eles têm que ser mais bem estimulados. No entanto as dificuldades sempre estão presentes, é o que aponta a pesquisa de Horizonte.

**Tabela 17 - Dificuldades das escolas pesquisadas em Horizonte para realizar eventos na busca da Prevenção à violência – 2007**

Situação	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não existe	6	6	7	7	13	6
Recursos financeiros	22	21	20	20	42	21
Equipe capacitada	9	9	6	5	15	7
Infra-estrutura	31	31	28	28	59	29
Falta colaboração pais/alunos	13	13	22	22	35	17
Outras opções	11	10	7	6	18	9
Não respondeu	10	10	12	12	22	11
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

As dificuldades para realizar os eventos na busca da prevenção à violência está na questão da infra-estrutura e apoio financeiro, somando (50%) dos resultados, também bem apresentada além da falta de colaboração dos pais e alunos (17%), tendo, inclusive, o reconhecimento dos próprios alunos nessa questão. Preocupa nesse debate, a considerável omissão dos entrevistados, em não responder com propostas essas dificuldades.

**Tabela 18. Ações na prevenção à violência – 2007**

Ações	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não há discussão	32	32	12	12	44	22
Reuniões/Debates/Palestras	25	24	31	31	56	27
Trabalhar a afetividade individual	4	4	13	12	17	8
Outras opções	14	14	18	18	32	16
Não respondeu	27	26	28	27	55	27
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Verifica-se uma considerável percentagem (global) em relação a “não há discussão” (22%), no total e um percentual maior em relação aos professores (32%), o que preocupa. No entanto, um ponto positivo é que se observa a existência de reuniões/debates/palestras em 27% das respostas, e tem um percentual maior em relação aos alunos (31%). Trabalhar a afetividade tem uma participação importante (8% no global) e uma evidência por parte dos

alunos (12%), em tratar esse assunto. Precisa-se, no entanto, estimular o envolvimento de todos os atores nessa discussão, procurando-se respaldar a eficácia desse entendimento.

**Tabela 19 - Condições de participação na escola e apoio cultural – 2007**

Entidades e programas	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Grêmios estudantis	23	23	27	27	50	25
Conselho escolar	28	28	30	30	58	28
Biblioteca	17	17	18	18	35	17
Amigo da escola	12	11	4	3	16	8
Programas de Prevenção à violência	6	5	13	12	19	9
Outras ações	16	16	10	9	26	13
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

O Conselho escolar, o grêmios estudantis e a existência de bibliotecas (25%, 28% e 17% respectivamente), se equilibram na evidência dos entrevistados. É importante também a ação do Programa Amigos da Escola (8%) e os programas de prevenção (9%). Na Tabela 19 tem-se uma visão importante sobre a participação das atividades dentro de uma escola, onde a participação do professor como articulador das ações propostas é de fundamental importância para que se possam consolidar essas ações.

O livro “Ser Professor Hoje” do Professor Antunes (2003), apresenta as dificuldades encontradas por esses promotores da cidadania, que não deixam o seu entusiasmo, paixão e ternura pela educação e formação dos jovens ser prejudicada. É evidenciada nesse livro a brutal diferença social separando quem pode investir na aquisição de livros e aqueles que sofrem por não ter as mesmas condições financeiras. “Além dessas diferenças, as condições de trabalho não estimulam a busca pela missão, e é por isso que o Brasil forma por ano cerca de 80 mil professores potenciais, quando a necessidade seria quase três vezes maior” (Ibid, 90-91). Portanto, as forças vivas da escola, os programas de prevenção, as bibliotecas com o seu acervo bem dotado e o empenho do núcleo gestor através dos seus professores, serão peças importantes na efetivação desse empreendimento buscando a paz nas escolas.

### 3.3 Como a escola está parcerizando na luta contra a violência juvenil

Os resultados sobre a violência nas escolas de Horizonte nos fazem perceber que no decorrer dos tempos a violência não é mais uma ameaça oferecida pelo que há de incompreensível e intolerável "fora" de seus muros. Muitos adolescentes se vinculam à violência dentro da escola e em oposição a ela. Alguns exibem armas nos corredores, agredem seus pares e outros até se drogam nos banheiros. O que fazer? Qualquer que seja a solução possível, sabe-se que ela não nos será ofertada pela hipótese da repressão. Pelo contrário, a presença de ações repressivas tende a, cedo ou tarde, aguçar e generalizar conflitos. A pesquisa de Horizonte faz sugestões no que tange à participação da Segurança Pública com suas ações preventivas, com programas que aproximam os jovens e a escola dos integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, desmistificando a figura do policial como um ser repressor.

**Tabela 20 – Situação das escolas pesquisadas de Horizonte com relação a parcerias com instituições da área de Segurança Pública - 2007**

Situação	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Existe parceria	59	58	36	35	95	46
Na medida do possível	3	3	13	13	16	9
Não existe parceria	14	14	21	21	35	18
Não respondeu	26	25	32	31	58	27
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Verifica-se que existe uma parceria importante no entendimento dos professores junto aos órgãos da Segurança pública (58%), como também é importante esse percentual em relação ao olhar dos alunos (35%) e tem uma importante presença no global (46%). Agora, o percentual da não existência de parceria, apesar de se verificar no global um pouco expressivo (18%). Existe a parceria, mas não é suficiente. Aponta-se nesse caso, a real necessidade de uma maior aproximação dessa parceria. O que também é considerável o item daqueles que não responderam (27%) do global. Tem-se que considerar essa necessidade de um trabalho de conscientização junto a essa omissão.

**Tabela 21 - Como as instituições de segurança pública podem colaborar na prevenção à violência nas escolas pesquisadas de Horizonte - 2007:**

Ações	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Presença na Escola	14	14	16	16	30	15
Palestras	39	38	44	44	83	40
Programa de Prevenção às drogas- PROERD	5	5	8	7	12	6
Visitas do Conselho Tutelar	6	6	0	0	6	3
Outras opções	18	18	26	26	44	22
Não respondeu	20	19	8	7	28	14
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

Nessa participação dos órgãos da segurança pública, mais uma vez aparece à sugestão das palestras com um percentual importante (40%) no global, surgindo à presença do principal programa na área de prevenção da Secretaria da Segurança Pública, o Proerd – *Programa de prevenção às drogas* (6%). Os que não responderam ao questionário, têm um acentuado índice nas respostas dos professores (19%). Necessita-se que haja um maior estímulo por parte dos gestores das escolas para que os professores se engajem mais nas ações escolares.

Por outro lado, BARREIRA et. ali (1999:p.56), enriquece essa discussão apresentando as suas visões das escolas públicas, nas quais se constatam que uma das preocupações dos educadores e mesmo dos pais é disciplinar o comportamento dos jovens. Isso se traduz essencialmente na tentativa de transmissão de comportamento que substituam a maneira de ser percebidas na escola como violentas e na transmissão de “*bons modos*” (não falar alto, não cuspir no chão, não falar quando outro tem a palavra, não fazer barulho etc.). O que se percebe é que o professor da escola pública lida com os alunos como se esses fossem jovens que precisam ser “educados”, como se a educação que eles trazem de casa não fosse boa:

Na verdade, muitos problemas que ocorrem na escola poderiam ser resolvidos se a escola tivesse outra atitude face à condição real de seus alunos. Até hoje a escola trata as dificuldades de seus educandos como fosse culpa desses terem um defeito de nascença que só vem atrapalhar a escola. E de fato, atrapalha porque a escola não foi pensada com o fim de resolver questões, como a violência, os problemas familiares. A escola foi pensada para um jovem ideal, que não trabalha, um que fala “bonito”, um adolescente que pode estudar em casa com calma, etc. Em suma, a escola não foi pensada para a maioria mas sim para os filhos de uma elite que, por definição, são muito poucos (CECCON, 1980: p.48).

O que não deve ser entendido como recusa diante da necessidade de fixar limites e responsabilizar aqueles que os transgridem. A questão inicial é anterior, é preciso ver na violência juvenil um sintoma de problemas mais amplos situados também na escola, o primeiro deles pode ser percebido a partir do silêncio e da invisibilidade dos adolescentes. Qual a importância conferida a eles, efetivamente, pela escola? Qual a oportunidade que lhes é concedida de contestarem, pelo uso da palavra, as regras existentes na escola ou os métodos empregados pelos professores, antes que o façam com pedras ou pontapés? Quando a escola olha para um aluno e, especialmente, para aquele que se afigura como um "problema" o que ela, de fato, observa? A realidade das eventuais transgressões ou a pessoa implicada?

Na pesquisa de Horizonte foi indagado como alunos e professores podem contribuir com as questões da violência na escola, isto claro, nas visões desses e de seus professores.

**Tabela 22 - Como os alunos das escolas pesquisadas podem colaborar na questão da violência na escola - 2007**

Ações	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Participação proativa individual	44	44	48	47	92	45
Protagonizando coletivamente	36	36	29	28	65	32
Outras opções	10	9	19	19	29	14
Não respondeu	12	11	6	6	18	9
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Observa-se um grande e importante percentual quanto à evidência da questão da participação e do protagonismo. Os alunos têm um percentual na participação individual com 47% e os professores no protagonismo coletivo com 36%. O aluno tem um potencial a ser aproveitado, cabendo ao núcleo gestor da escola e a todo o efetivo de docentes, estimular e provocar a participação do Grêmio Estudantil, do Conselho Escolar, como os próprios alunos sugerem na tabela 19. Para reafirmar o papel dos educadores junto aos alunos e ter-se uma contrapartida desse aluno com sua participação, Antunes (2003) repassa seu pensamento:

A dinâmica efetivada pela instituição disciplinar permite ao professor/orientador/dirigente que reconheça no fato imputado como "desviante", além da norma a ser observada, as subjetividades irreduzíveis a serem descobertas? Em caso negativo, tem-se que estabelecer com o alunado uma "ponte" que permita a comunicação e, por conseqüência, um pacto firmado pela palavra? (IBID, 2003: p.92).

É importante salientar a necessidade de colaboração de todos os envolvidos na resolução das questões internas da escola nas quais esses atores necessariamente têm que observar as nuances que permeiam o fato protagonizado, verificando dessa forma, os elementos que compõem todo esse enredo. Tem-se que atentar para a subjetividade que está imbricada nessa conjuntura e, determinar os componentes que irão nortear uma postura e a provável resolutividade na concretização do objetivo. Professor, orientador e dirigentes terão no educando um parceiro e/ou uma ponte para firmar a credibilidade e a partir daí, legitimar a ação implementada.

### **3.4 Juntar esforços e o compartilhar responsabilidades**

A pesquisa de Horizonte contempla em várias questões a intervenção da escola diante de situações diversas na área da violência. Os resultados propostos pelos entrevistados no decorrer das indagações e firmados nas tabelas desta dissertação, contribuem para facilitar a intervenção eficaz nesse universo escolar. Nessa intervenção é preciso romper o estranhamento diante do universo cultural dos adolescentes e lidar com alternativas que tenham, de pronto, a adesão deles. Nem que seja para iniciar uma relação que construa "pontes" legitimadoras de futuros compromissos, como afirmou Antunes (2003: p.103).

Vale salientar, por exemplo, que manifestações culturais têm estimulado jovens estudantes a parcerizar proativamente. Muitas outras idéias podem ser examinadas como as sugeridas pelos pesquisados em Horizonte: Uma aproximação maior entre a escola e as famílias, a participação dos alunos em campanhas solidárias e nas lutas da sua própria comunidade, a participação em grêmios estudantis e atividades culturais e de lazer, preparadas conjuntamente com o esforço dos próprios alunos.

Para Farrington (2000) os principais fatores de risco de longo prazo na violência juvenil são psicológicos (forte impulsividade e baixa inteligência, possivelmente associadas às funções executivas do cérebro), familiares (pouca supervisão, disciplina severa, maus-tratos físicos, um pai violento, família numerosa, família desfeita), colegas delinquentes, baixa condição socioeconômica. Entre os principais fatores de risco circunstanciais de curto prazo



constam o consumo de bebidas alcoólicas e atos que conduzem a episódios violentos. Fatores de proteção terão, com certeza, implicações importantes nas políticas a serem adotadas.

A Professora GLÓRIA DIÓGENES (1998) adverte no seu livro *Cartografias da Cultura e da Violência*, que as políticas sociais, atuam na valorização das palavras, tendendo priorizar a “injeção” de valores, de normas, de regras e condutas. Portanto trabalhar os fatores psicológicos, familiares e fatores de proteção deverá nortear as políticas públicas, onde essas terão que estar balizadas por valores, normas, regras e condutas que trarão novas atitudes com palavras e principalmente com ações eficazes: “*As políticas sociais se não tocar, não sensibilizar, não mobilizar novas atitudes, são palavras sem ação, ação sem palavras*” (ibid,1998: p.220).

Sabe-se que os programas de base comunitária que ocorrem em âmbito mundial, nacional, estadual e local, mostram-se eficazes, porém, ao se trabalhar a prevenção centrada nos riscos, não apenas para combater a violência e a criminalidade, mas também para melhorar a saúde física e o sucesso na vida, em áreas como educação, emprego, relações, moradia e criação de filhos.

As políticas públicas do Governo do Estado, objetivando diretamente atingir a redução da criminalidade, em geral passam por avaliação porque a maioria dos programas de intervenção não enfoca especificamente a violência, sendo ações preventivas que buscam atingir os atores sociais envolvidos. Na medida do possível, os elementos do programa são vinculados aos fatores de risco. Infelizmente, acontece muitas vezes de haver apenas um elo muito tênue entre os fatores de risco e os programas de prevenção. Outro problema é que muitos programas possuem elementos múltiplos, fazendo com que seja difícil isolar seus “ingredientes ativos”, nesse caso, ingredientes inerentes ao combate a violência juvenil.

O que se tem constatado é que existem programas e ações ocorrendo no próprio município, nos quais se constatam em avaliações qualitativas, que esses programas são eficazes na ocupação dos jovens e no protagonismo desses, onde a redução da prática de delitos, e o exercício de cidadania contam com essas ações do governo municipal. Nesses programas costumam incluir educação geral, ação social, cultura, saúde, etc. Programas de

enriquecimento intelectual, treinamento no desenvolvimento de habilidades para as crianças e jovens, que apresentam resultados positivos para a vida da juventude local.

Quando na pesquisa de Horizonte foi feita a indagação como os alunos podem participar dessa discussão na Tabela 22, verifica-se que através da conjunção de esforços e o compartilhar de responsabilidades, acontece o grande propulsor das ações vindouras. Dentre as propostas apresentadas pelos atores pesquisados nas escolas de Horizonte, evidenciam-se a participação da família e das instituições governamentais e não governamentais, que irão incidir positivamente no comportamento dos jovens na escola. O que se tem verificado é que os Programas vêm obtendo êxitos, tais como: A educação dos pais (no contexto de visitas domiciliares), educação ambiental, treinamento para o desenvolvimento de capacidades nas crianças e programas pré-escolares de enriquecimento intelectual, projeto prefeito mirim, conexão jovem, escola viva, projeto amor a vida, entre outros.

Esses programas, geralmente, têm como alvo os seguintes fatores de risco: deficiência na criação dos filhos, na supervisão ou na disciplina (educação de pais ou treinamento dos pais em técnicas de gerenciamento), alta impulsividade, baixa empatia e egocentrismo (treinamento para o desenvolvimento e capacidade nas crianças) e baixa inteligência e desempenho (programas pré-escolares).Esses programas estão engajados nas políticas públicas da *Secretaria de Educação, Cultura e Desporto* para as crianças e adolescentes do município, e têm dados excelentes frutos para a cidadania desses jovens.

Dessa forma, para trabalhar com eficácia e eficiência a questão da violência juvenil, necessário se faz um envolvimento muito mais abrangente, compartilhado, com todas as instituições governamentais e a sociedade civil organizada, como se tem observado no município de Horizonte, com seus projetos e programas. Portanto, essa questão da violência na escola tem que ser tratado com muita seriedade, tem que ser alicerçado e apoiado nas Políticas Públicas, pois o que se percebe é que já existe uma consciência coletiva dessa conjuntura. Esse assunto, portanto, é realmente um grande e decisivo, desafio político.

## CAPÍTULO 4 – A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM DESAFIO DE TODOS

### 4.1. Violência nas escolas: sua manifestação em Horizonte - Ceará

Neste capítulo será tratada mais particularmente da violência que ocorre nas escolas, considerando as unidades de ensino investigadas na cidade de Horizonte, objeto deste estudo. Serão analisados os dados colhidos acerca deste aspecto, como igualmente examinando o posicionamento de alguns autores. Na consulta feita a professores e alunos, constatou-se que os informantes são praticamente unânimes em destacar a importância das políticas públicas como instrumentos para as mudanças na realidade dominante dos ambientes escolares no que diz respeito ao combate à violência. Agora, vai depender da participação de todos com seus próprios talentos e méritos.

A grande esperança de todos os que lutaram pela escola obrigatória e gratuita é que com um ponto de partida igual para todos e com um mesmo percurso a serem percorridos por todos, ricos e pobres, gente da cidade e do campo, meninos e meninas tenha a mesma possibilidade de sucesso. Dependendo portanto dos seus próprios talentos e méritos as oportunidades sendo aumentadas, as dificuldades e os problemas que as acompanham, a violência nessa conjuntura, com certeza, é uma das mais sérias questões a ser enfrentada (CECCON et. al, 1980, p. 51).

Diante desse contexto, será que a “violência nas escolas” pode ser considerada um objeto científico de discussão?. Se assim o é, o que já foi constatado, como tratá-la?. Conforme CECCON (1980), deve-se olhar a violência como uma questão muito séria a ser enfrentada, devendo-se utilizar-se de talentos e os méritos adquiridos no decorrer dos tempos.

Segundo BOURDIEU (2001:78), “é exatamente através do abrir espaços para a controvérsia e para a oportunidade de discussão, independentemente das motivações e, ao construir de forma metodológica o objetivo de discussão, é onde a comunidade científica exerce sua função”. Toda essa discussão deve estar relacionada aos dados de pesquisas desenvolvidas com trabalhos inerentes às áreas respectivas desses conhecimentos.

Pode-se dizer que o olhar dos docentes e discentes é importante nesse contexto, fazendo-se necessário abrir todas as vertentes de discussão para contextualizar e dentro de um entendimento coeso, aplicar suas resoluções. Por trás dessa discussão, reside um problema fundamental, a falta de coesão no entendimento dos estudiosos, no qual as preocupações do

“cientista” se unem às do “político”. Por mais abrangente<sup>5</sup> que possa parecer esse debate dá origem a aspectos que não foram discutidos e que devem ser ampliados. Quando a pesquisa nas escolas de Horizonte indaga como os cientistas sociais podem colaborar nessa discussão, inúmeros aspectos vêm à tona, não só na questão social mas em outros aspectos que cooperarão com a discussão do tema, como mostra a Tabela 23.

**Tabela 23 - Como os cientistas sociais podem participar da discussão sobre prevenção a violência - 2007**

Sugestões	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Vivenciando o dia a dia	18	18	26	26	44	22
Pesquisas e debates	13	13	26	25	39	19
Mostrando sugestões proativas	8	8	6	6	14	7
Elaborando projetos na área social	30	29	4	4	34	17
Outras opções	20	20	4	4	24	12
Não respondeu	13	12	36	35	49	23
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa direta

Vivenciar o dia a dia foi observado pelos professores e alunos (18% e 26%) respectivamente; a pesquisa e o debate foram evidenciados (19%) no global. As elaborações de projetos na área social mostrando novas alternativas foram também citadas (17%) no global. No entanto o que ainda preocupa é a omissão em dar sugestões num percentual bem considerável (23%) no global. Não existe um conhecimento total acerca da violência nas escolas, os cientistas sociais têm um papel fundamental, contribuindo com alternativas de resolução

A violência escolar aceita uma definição ampla que inclui atos de delinquência, como: ações intimidadoras, tais como, agressões verbais e físicas, uso de armas e algumas outras que não necessariamente são passíveis de punição, ou que, de qualquer forma, passam despercebidos pelo núcleo gestor da escola e até mesmo pelos professores nas salas de aulas. Pode-se levantar vários questionamentos no aspecto político-administrativa dos gestores das escolas. Pensadores têm dado uma importante colaboração para a reflexão sobre a violência.

<sup>5</sup> Essa discussão está aberta a outras abordagens, tais como, a questão cultural, psico-social, religiosa e principalmente educacional. Portanto, este debate deve ser tratado com toda a abrangência necessária.

”Não é mais usando o sujeito que se pretende definir a violência, a partir daí, não há limites: violência objetiva, violência sentida é violência temida” (DEBARBIEUX et al, 2001: p. 102).

A sociologia de Max Weber (2004) tem valor aqui, no sentido de que ela nunca erigiu oposição entre as regularidades estatísticas “objetivas”, que são a “verdade” das coisas, e a interpretação dos fatos pelos próprios sujeitos (ou antes, a elaboração dos fenômenos como fatos). A verdade de um fenômeno social também resulta do significado que os sujeitos na oposição de sujeitos sociais – dão aos eventos e aos atos ali praticados. A pior situação e a mais violenta, que um cientista – ou qualquer pessoa – pode provocar para uma vítima é negar que ela seja uma vítima, é relegá-la ao reino do “subjetivismo”. Isso não refuta o modelo da violência “simbólica”, que é ainda mais violenta pelo fato de ser oculta, mas abre o caminho para que as vítimas possam dizer o que sentem, e para o aumento do nível de conscientização, que é uma tarefa sociológica (ibid, 2004 p.79). Podemos acrescentar nesse contexto a contribuição de Passeron (1999: p.104)

“Numa situação de pesquisa, qualquer tentativa de confinar os conceitos aos limites estritos de uma definição, imediatamente os reduz a pálidos resíduos acadêmicos, concentrados ineficazes de associações verbais, desprovidos de indexação ou de vigor”. “Em termos metodológicos, não deveríamos estar pesquisando a violência como um todo indivisível; deveríamos, pelo contrário, estamos multiplicando os pontos de vista (os indicadores), o que nos traz de volta a um conceito que é inoperante devido a sua generosidade e nós admitirmos que a definição ampla gerasse esse problema”. “Os pesquisadores deveriam, simplesmente, explicar seus pontos de vista e suas escolhas, e demonstrar como seus resultados tornam mais legíveis essa realidade. Essa é a vantagem de acumular pontos de vista fragmentados, que giram em torno do assunto, construindo um conhecimento que é temporário e que será substituído quando surgirem novos indicadores e novas operações de pesquisa” (ibid, 1999: p.106).

Essa contribuição de Passeron (1999), faz refletir sobre a realidade vivenciada pelas escolas públicas de Horizonte, onde uma gama de dados ali coletados inserem a uma visão abrangente que irá expressar essa realidade que os ambientes escolares nos estão a propiciar. Contribuindo com essa discussão, na capital cearense o Jornal Diário do Nordeste desenvolveu uma série de reportagens sobre a violência, e dentre essas, a que ocorre dentro das escolas da capital cearense (*Apêndice V*). Tem-se verificados grandes ações inovadoras em escolas do país inteiro, a exemplo de uma reportagem da revista *Veja*, já citada no *apêndice IV*, onde analisa a abertura das escolas públicas aos fins de semana. Em todos esses trabalhos, educadores, estudantes e pais buscam saídas para os problemas da educação.

## 4.2 Como enfrentar a questão da violência numa ação política

A pesquisa de Horizonte propõe Políticas Públicas voltadas para os adolescentes atendendo as questões sócio-cultural-desportiva e ações de grande alcance junto aos ambientes escolares. Necessário se faz que se tenha a consciência de que o sucesso político alcançado para o tema da violência na escola, tem como enfoque principal o sucesso comparável de uma reflexão profunda, que consiste na descrição de um mundo social e, ao mesmo tempo, numa interpretação dele: incivilidade, intimidação, introversão de identidade, grupo étnico, comunitarismo, comportamentos não-cívicos, etc. O lugar central ocupado pela definição “ampla” de violência pode parecer suspeito, quando ela é usada para justificar políticas de supervisão excessivas. O desejo de conhecer, nesse caso, transforma-se numa máscara para o desejo de supervisionar, principalmente na área da violência que necessita ser mais bem discutido.

O que se tem constatado é que as causas da violência são múltiplas, complexas, densas, mas não fatais. Elas mostram a importância da mobilização nessa área, e também a necessidade de um Estado que seja capaz de implementar com altivez o desejo político de neutralizar a desigualdade. Não é politicamente correto, nem teria fundamento, considerar o problema em termos de um populismo maniqueísta, que afirma que as deficiências do Estado são responsáveis pela violência na escola (e que, na verdade, condena toda essa área à impotência), ou de um discurso repressivo, que tem como objetivo a simples remoção dos elementos indesejáveis. No entanto, não se aprofunda a discussão no combate às causas provocadoras dessa realidade. A violência nas escolas deve ser analisada macro e micro sociologicamente, enfatizando-se, que suas causas são tanto exógenas, relacionados ao bairro, ao sistema econômico, a falhas familiares ou das políticas públicas. Como também endógenas, associadas aos graus de organização ou de desorganização local, nos quais os atores não são apenas agentes impotentes, manipulados por forças políticas externas, nem tampouco populações que, em si mesmas, representam um perigo.

Uma definição ampla pode avaliar de fato a violência nas escolas, colocando-a em perspectiva, e como essa definição ampla pode ir além de uma abordagem meramente

repressiva. Dessa forma, pode-se estabelecer tecnicamente a necessidade de prevenção. Não se trata de ser contra a repressão em si, nem de defender unicamente as medidas preventivas, o que provavelmente seria uma utopia!. Mas se a violência é construída, então ela pode ser também desconstruída. Nesse trabalho de Horizonte houve a preocupação em abordar a situação das vítimas e dos intimidadores nas manifestações de violência no ambiente escolar. As providências da escola são fundamentais numa situação como essa. Porém o mais significativo, e o que permite avaliar as políticas públicas que tratam da violência, é acima de tudo, a redução do número de vítimas e do grau de vitimização, e não quantas pessoas foram punidas. Já é hora de levar em conta o efeito em longo prazo, na formulação das políticas públicas de combate à violência. De fato, já é hora de se examinar a micro violência e a forma como ela tem influência na vida das vítimas e dos intimidadores.

Apesar de se constatar que nas escolas de Horizonte, as vítimas serem raras, nem por isso é menor o dever social de conhecê-las melhor e de assegurar que elas sejam bem-cuidadas após o trauma sofrido por elas. As estatísticas medem acima de tudo, o estado de mobilização dos serviços públicos, sejam estes as polícias ou como no presente caso, as instituições educacionais e jurídicas. As tentativas de usar as estatísticas para corroborar nas alegações de aumento, ou redução da violência juvenil nas escolas são, portanto, enganosas. O que não significa que essas estatísticas sejam desprovidas de valor, mas que elas devem ser submetidas a críticas e comparadas com levantamentos de outros tipos, realizados por instituições científicas independentes, de forma a verificar os resultados e confirmar ou refutar a existência dessas tendências.

#### **4.3 Como agir, eis a questão. Para que serve a pesquisa?**

Para Bourdieu (2001), a forma suprema de violência simbólica se dá quando os “produtos dominados de uma ordem dominada pelas forças da razão (como aqueles que atuam por meio das decisões da instituição escolar, ou dos ditames dos especialistas) não podem senão aquiescer à arbitrariedade da ação racionalizada”. A violência adolescente, que poderia ser vista como ruptura da ordem social, principalmente com a escola, na verdade não passa de

reprodução conformista da violência sofrida por eles próprios. Bourdieu propõe uma “lei da conservação da violência”, que consiste no “produto da violência interna’ das estruturas econômicas e dos mecanismos sociais retransmitidos pela violência ativa das pessoas”. Isso não legitima a violência expressa pelos jovens ou pelos fracos, que não é nada além de uma reprodução social, que pára nas fronteiras de seu ambiente imediato, sem atacar as estruturas de dominação. Sob essa luz, os agressores não são “revolucionários”, e as vítimas são, antes de tudo, pessoas próximas a eles.

O que se tem verificado é que os estudos têm revelado que só é possível lidar com a violência na escola por meio de uma parceria estreita com todos os atores envolvidos nessa questão, através das experiências educacionais urbanas, seja em pequenas comunidades ou em escolas de serviços integrados têm demonstrado a mesma necessidade de integração. As experiências que contam de fato com a participação de parceiros institucionais, dos serviços públicos e da comunidade, contando inclusive, com a participação dos alunos, são as que realmente funcionam. A democracia real, através dos esforços da população resolvendo seus próprios problemas de forma conjunta, com o auxílio de profissionais e dos serviços do Estado, quando estes existem fortifica-se os argumentos desse foco.

A pesquisa de Horizonte incita a fazer uma contextualização sobre a realidade do país nessa área. O modelo de articulação das organizações de juventude brasileiras tem uma peculiar singularidade quando comparadas com outros países da região: por atuarem em um país de proporções continentais, sua organização efetiva se torna ainda mais difícil, principalmente centrando na análise em fatores referentes à sua atuação autônoma. As organizações e movimentos de juventude de âmbito nacional são, com raras exceções, frutos da atuação setorial de organizações de adultos (partidários, sindicais, empresariais ou religiosas) por limitações óbvias: estruturais, financeiras, gerenciais e por isso sofrem limitações para organizar-se. Muitos dos dirigentes das organizações “adultas” (sejam eles corporativos ou eleitorais, de mudança ou de manutenção de grupos nas estruturas institucionais de poder), em alguns momentos parecem não perceber o próprio potencial da ação transformadora juvenil autônoma pelas ações de suas organizações.



Na pesquisa nas escolas públicas de Horizonte, dentre os questionamento que indaga como os alunos podem colaborar nas proposituras de melhores as condições de prevenir a violência nas escolas, pode-se apresentar um belo exemplo para contribuir com esse debate, pois, foi lançado um Manual pela Organização Mundial da Saúde e outras importantes organizações, que estimula a participação juvenil na tomada de decisões, através de metas para o desenvolvimento dessas políticas públicas. Nesse manual da OMS, no Capítulo: “*Fazendo a Ponte,*” (*Apêndice VI*) está abordada a questão da segurança, da identidade do jovem, da sua utilidade, da sua aptidão, da sua compreensão e da sua autonomia em realizar práticas salutareas para o exercício da sua cidadania (OMS, 2000: p.125-33)

Contribuindo com essa discussão, dentre as proposições que surgiram numa pesquisa do *LEV-UFC*, trabalhada pelo professor César Barreira et.al (1999), “*Vislumbrando Horizontes*” está à criação de uma Secretaria de Estado da Juventude. Indo nessa direção, foi criada no governo passado a Secretaria Estadual do Esporte e Juventude (*SEJUV*), que através da Célula da Juventude teve uma proposta de articular as ações dos jovens, ao mesmo tempo fomentava a criação de novos canais de participação, acompanhando os jovens no seu desejo de construir com uma nova história na qual sejam os protagonistas. O atual Governo do Doutor *Cid Ferreira Gomes* com a sua Secretaria de Esportes tem acenado para atender as expectativas desse segmento social.

#### **4.4 Movimentos de juventude e políticas públicas no Brasil**

A organização da juventude brasileira foi, e ainda é, o movimento estudantil, com forte potencial mobilizador, com direção historicamente vinculada a partidos políticos progressistas e a grupos esquerdistas, e, por isso mesmo, às lutas populares. Os congressistas da *União Nacional dos Estudantes (UNE)* têm jogado um papel de confluência de movimentos de juventude. Em relação às fortalezas dos movimentos de juventude teve-se a facilidade de mobilização de jovens, pelas organizações que militam nessa área articulação estudantil. A alta conectividade das lideranças dos movimentos de juventude que pode ser constatada pela utilização cotidiana de Internet e outros meios de comunicação e informação

pelas lideranças e técnicos (gestores de projetos) das organizações. Pode-se apontar ainda como fortalezas a capacidade de adaptação dos movimentos e a disposição das organizações em construir propostas “novas” de forma “diferente”, isso é, em desenvolver novas propostas mais conectadas com o cotidiano, com a vida das pessoas, de forma menos cooperativa e mais coletiva.

A pesquisa nas escolas de Horizonte, os professores e alunos sugerem políticas públicas que podem contribuir na resolução da violência nas escolas, fortalecendo as proposituras dos atores pesquisados em Horizonte e, considerando as dificuldades na implementação das Políticas Públicas deve-se considerar a evolução das demandas sociais.

**Tabela 24 - As Políticas Públicas que podem contribuir na resolução da violência nas escolas pesquisadas em Horizonte – 2007**

Sugestões	Professor		Aluno		Global	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Palestras/debates/capacitação	20	20	28	28	48	24
Investimento nas ações sociais	34	33	19	19	53	26
Elaboração projetos/programas	11	11	18	18	29	14
Outras opções	20	20	17	16	37	18
Não respondeu	17	16	20	19	37	18
TOTAL	102	100	102	100	204	100

**Fonte:** Pesquisa direta

O vivenciar com palestras, debates e capacitação (24% no global) são sugestões interessantes dadas pelos pesquisados; Investimento nas ações sociais (26% no global) foi também evidenciada. No entanto, o que ainda preocupa é a omissão em sugestões num percentual bem considerável (18% no global). Nessa conjuntura, deve-se considerar que a evolução das demandas sociais necessita de discussão, a ampliação da atuação cidadã (que cada vez mais vem exigindo a participação de todos os setores nas tomadas de decisões) dos dirigentes, dos gestores de alto nível, assim como as jovens lideranças e grupos de juventude devem ser convocadas para uma reflexão conjunta sobre a realidade juvenil.

Os investimentos bem como as estratégias de programas consistentes, e sua adequação às diferentes realidades sociais e políticas de cada localidade, são essenciais para a democratização dos processos de desenvolvimento nesse setor. Essa necessidade de um maior

envolvimento dos jovens e de suas organizações nas estratégias de desenvolvimento reclama uma mudança de paradigma da relação do Estado com as diversas juventudes – isso requer uma forte mudança na lógica de atuação do próprio Estado, de seus gestores e dirigentes.

Considerando-se ainda que no Brasil as políticas públicas governamentais se centram no desenvolvimento de um governo democrático e participativo e que o reconhecimento desse tipo de governo exige a participação de todos os setores no processo de tomadas de decisões, os jovens e grupos da juventude devem ser convocados para a construção dessa nova sociedade. Esses jovens teriam que estar com papéis previamente pactuados e definidos localmente com todos os demais atores envolvidos. Tendo uma atuação básica voltada para o Controle Social dos programas e ações de Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), dos diversos governos, a articulação das organizações de juventude em seu âmbito, assim como a “*interlocução social*” com o poder público, e a formulação de projetos específicos entre outras ações possíveis, como:

1. Criação do Conselho Nacional de Juventude com financiamento do parlamento (iniciativa que vai causar uma proliferação imediata de instituições similares em todos os níveis);
  2. Formação para a ação cidadã com atores sociais e dirigentes de organizações envolvidas;
  3. Formação para “técnicos de conselhos”;
  4. Possíveis conteúdos: metodologias de casos de sucesso; Conselhos de PPJ; técnicas gerenciais ou de lideranças;
  5. Programas de apoio e assessoria a criação de espaço de concertação;
  6. Divulgar as experiências úteis para o processo: necessidades de convivência e reconhecimento prévio por parte do público alvo; a conexão com a Informação adequada;
  7. Fomento a programas que visem o reconhecimento das organizações de juventude pelo poder público (diálogos, conferências, seminários);
  8. Difusão por meio dos conselhos de juventude dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação;
  9. Divulgando as boas práticas dos conselhos nos veículos de comunicação;
  10. Fomentar a ação para o desenvolvimento e a cooperação dos atores sociais;
  11. Criação de um fundo para projetos estruturantes de jovens empreendedores, disponibilizado por meio de editais abertos, podendo constar: a parceria obrigatória de duas ou mais instituições, com transparência das ações e o controle social;
  12. Prever contrapartidas Estaduais, ou Municipais e a participação das organizações de juventude no desenvolvimento do fundo nacional de projetos juvenis, entre outras possíveis propostas de ação.
- (*Políticas Públicas para a Juventude*–SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2002)

Para viabilizar recursos humanos e financeiros para tal missão, o estado membro, no nosso caso, o estado do Ceará adequou-se às *POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A*

*JUVENTUDE da SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE* procurando através da sua Secretaria Estadual da Juventude (SEJUV-2002), realizar um grande pacto entre o Estado, as organizações de jovens, e o setor privado buscando o fomento de uma cultura de diálogo e de desenvolvimento por meio de um conjunto de medidas que dêem suporte a um novo enfoque em relação aos jovens, onde eles serão percebidos não só como um problema, mas como um fator estratégico para o desenvolvimento da sociedade, de forma direta, daí aí a elaboração das suas Políticas Públicas para a Juventude.

1. Programas governamentais em todos os níveis, mais notadamente os que utilizem as escolas e os espaços públicos em que se encontram os jovens e suas organizações;
2. Tecnologias de informação e seu uso cotidiano;
3. Tecnologias de comunicação e sua relação com a mídia e o Fortalecimento dos papéis das organizações;
4. Novas tecnologias sociais e de gestão;
5. Metodologias participativas voltadas para a cooperação;
6. Instrumentos voltados para a atuação de controle social das ações governamentais: Envolver de forma efetiva as organizações e movimentos de juventude em programas governamentais voltados aos próprios jovens;
7. Criar comissões, comitês ou conselhos jovens com a participação das juventudes organizadas (e abertos a novas formas de participação em sua composição) nos programas governamentais existentes;
8. Informar de forma clara e efetiva sobre as oportunidades e sobre o andamento dos programas;
9. Convocar e dar condições à juventude para que ela se torne parceira na recriação constante, na execução e no controle social dos mesmos, deixando claro o tipo de relação que se busca: co-responsabilidade, co-participação, co-gestão, ou somente no controle social. (*POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE – SEJUV/CE, 2002*)

Com o estímulo das Políticas Públicas apresentadas pelo governo do estado, pode-se destacar a criação dos grêmios estudantis nas escolas de Horizonte. A pesquisa faz um destaque a esse tipo de movimentação nas escolas do município, na Tabela 19, verifica-se uma participação importante dessas entidades. No entanto, também foi verificada a necessidade desse empreendimento estudantil se envolver mais nas discussões políticas e de cidadania das suas escolas. O envolvimento do Conselho Escolar e a contribuição dos Conselhos Comunitários de Defesa Sociais Juvenis, bem como, *A Carta de Quixeramobim (2006) - O olhar dos Jovens sobre a Segurança Pública*, e suas propostas coletivas, escrita pelos conselheiros juvenis, expressa uma grande busca da juventude em se entrosar mais nessa discussão sobre a violência nas escolas. O extrato das questões propostas pela “*Carta*” foi sintetizado da seguinte forma: Maior incentivo à participação de jovens em grupos organizados, buscando a cidadania e participação proativa:

1. Preparar e incentivar jovens para o mercado de trabalho, propiciando geração de emprego e renda através de capacitação em áreas diversas, evitando que os jovens fiquem à margem da sociedade.
  2. Reconhecer que os CCDS's são importantes na prevenção à violência, no desenvolvimento de atividades sócio-educativas para o uso pleno das ações de cidadania;
  3. Criação de um documento legal, regulamentando uma comenda para integrantes da Segurança Pública e servidores, que venham a se destacar como efetivos parceiros dos CCDS's;
  4. Que a SSPDS acompanhe e acredite na potencialidade dos jovens investindo no poder infanto-juvenil através de incentivos e interação com os CCDS's de todo o estado;
  5. Endurecimentos das leis, para evitar a impunidade daqueles que comercializam drogas lícitas e ilícitas inibindo o estímulo a violência na juventude;
  6. Incentivo as parcerias com as instituições governamentais (município, estado e união) possibilitando vez e voz aos jovens;
  7. Que a SSPDS encaminhe projetos para a Assembléia Legislativa, legitimando os membros dos CCDS's, como portadores de passes livres para transporte coletivo;
  8. Que a SSPDS promova um trabalho de divulgação e conscientização junto aos poderes constituídos nas três esferas (municipal, estadual e federal) e principalmente junto ao público interno;
  9. Que a SSPDS viabilize recursos para manutenção e ou criação das sedes dos CCDS's atuando com projetos sociais e, que seja trabalhado o projeto da criação dos agentes de defesa social, com recurso garantido para a sua implementação e,
  10. Que façamos valer dentro da forma legal este documento.
- (I FÓRUM ESTADUAL INFANTO-JUVENIL DA CIDADE DE QUIXERAMOBIM – Ceará-2006)*

Esses itens sugeridos pelos estudantes através da *Carta de Quixeramobim (2006)*, leva a uma reflexão sobre a importância de ter-se como aliados jovens que estão nas lideranças das escolas, das comunidades e, principalmente perceber-se a disponibilidade dessas pessoas em discutir essas questões para contribuir na melhoria das políticas públicas, que irão diminuir a violência nas escolas e nas comunidades. Está ocorrendo um grande esforço por parte da Secretaria da Segurança Pública para atender os itens elencados na citada Carta, existindo portanto uma real disposição da SSPDS em atender esses jovens, respeitando suas expectativas, na busca de um mundo melhor, unindo todos os esforços e compartilhando responsabilidades.

Portanto, para que a sociedade e seus atores sociais possam realizar-se como grandes agentes proativos, precisam afirmar a cidadania juvenil através da garantia dos seus direitos e deveres, possibilitando mecanismos institucionais para estarem envolvidos, qualificados, informados, articulados e motivados para exercer o seu papel como vetor estratégico do desenvolvimento das políticas da juventude, em especial, nos ambientes escolares.

## CONCLUSÃO

Na construção do texto deste trabalho procurou-se, através do olhar dos docentes e discentes das escolas públicas de Horizonte ter-se um balizamento para se dissertar sobre a violência nesses ambientes, mostrando no decorrer dos capítulos aspectos históricos, as causas, as interferências nessa realidade brasileira. Perpassando essa discussão foram utilizadas as Tabelas da coleta de dados, articulando-as com as questões da juventude, da escola e das políticas públicas concernentes a essa temática.

Necessário se faz situar essa violência dentro de sua esfera de complexidade, pois, a violência na escola é diferente da violência nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e de seus vícios. Para isto, é necessário trabalhar com os profissionais de educação (tanto professores como os servidores operacionais), com os alunos, com a comunidade bem como, com as instituições da segurança pública, procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como um fenômeno social que possui sua face visível e muitas outras imperceptíveis.

A função da escola nessa conjuntura, atentando-se para as vivências e convivências ali implementadas, tem uma importância capital na prevenção junto aos jovens nas escolas, na comunidade, pois, essas entidades educacionais têm procurado desenvolver e enaltecer as parcerias ali desenvolvidas, juntando importantes esforços e compartilhando grandes responsabilidades. Os resultados têm sido satisfatórios e alvissareiros. Nessa conjuntura o elemento fundamental nessa é a prevenção desempenhada por aqueles que administram a educação em base cotidiana, contando, se necessário, com a ajuda de outros profissionais que poderão dar a sua contribuição. A violência na escola, mais que uma questão de segurança pública, um caso de polícia, é um problema pedagógico, pois, para atacar o problema da violência nas escolas, o primeiro passo é situá-lo dentro de sua esfera de complexidade e entender a conjuntura a qual ela está inserida. Tem-se que compreender portanto, esse universo através dos seus protagonistas e coadjuvantes, com suas ações e, principalmente os seus argumentos

O que se verifica com os resultados da pesquisa realizada nas Escolas Públicas de Horizonte é que necessário se faz, observar os dados oferecidos por esse empreendimento onde foi constatado que representa um grande desafio. Essa situação não se refere apenas as escolas públicas do município de Horizonte, ela existe em escala estadual, nacional e até à nível mundial. A construção da violência é lenta, significa também que a prevenção tem que começar cedo, acontecendo em meio às tarefas cotidianas da educação, e não apenas nas grandes campanhas de “conscientização”, por mais úteis que elas possam ser, deve ser uma ação cotidiana. A publicação de Cartilhas que procuram materializar idéias geradoras de uma Cultura de Paz, como a cartilha *Idéias e Atitudes de Paz (2000)* da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, contribuem decisivamente numa mudança comportamental nos seus leitores, serve para avivar a Cultura de Paz balizando os princípios elementares de Cidadania.

Os docentes e discentes das escolas públicas de Horizonte propõem o envolvimento de programas de prevenção à violência, oferecidos pelas instituições da Segurança Pública e outros setores dos governos federal, estadual e municipal. Vários programas do Governo do Estado, estão sendo legitimadas pelas diversas camadas da sociedade, não só na capital, mas também em todo o interior cearense, juntando esforços e compartilhando responsabilidades. Dentro dessa perspectiva estão em execução os programas dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública (*Apêndice VII*): *PROERD e Cavaleiros do Futuro (PM)*, *Ciranda pela Vida (Polícia Civil)* e *JBV (Jovens Bombeiros Voluntários)*, *Surf Salve*, entre outros do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, parcerizando-se inclusive, com a comunidade juvenil.

Portanto, é que cada vez mais é necessária a participação de todos os setores no processo de tomada de decisões, desde os integrantes do núcleo gestor da escola, assim como as jovens lideranças e grupos de juventude para que se possa refletir conjuntamente sobre essa realidade. Os investimentos bem como as estratégias e programas, e sua adequação às diferentes realidades sociais e políticas de cada localidade, são essenciais para a democratização dos processos de desenvolvimento. A juventude, sendo um dos protagonistas principais nesse processo, tem um papel fundamental na parceria com as instituições que buscam a resolução dessas questões.

Por fim, espera-se que esse trabalho tenha contribuído para uma propositura de novos rumos, novos olhares junto às políticas públicas ligadas ao combate à violência nas escolas públicas do estado do Ceará, e principalmente no município de Horizonte, procurando apresentar as realidades e os mecanismos disponíveis e exercidos para que se possam buscar melhores condições para os jovens, para a comunidade, para os lares, para as escolas, para a vida. Através de caminhos humanísticos buscando, enfim, uma sociedade solidária, participativa, cordata, onde se possam atingir os reais patamares para o exercício pleno da cidadania.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.et. al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira – **Métodos de Investigação Social. Roteiro para construção do projeto de pesquisa**. Mimeo, UECE, 2003.

ANTUNES, Celso. **Ser Professor Hoje**. Fortaleza: Edições Livros Técnicos, 2003

ARCHER, J. **A importância da testosterona na agressão humana**. Br.J Psycho, n.82, 1991. p.1-28

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BARREIRA, César et. al. **Ligado na Galera.- Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza**, Brasília: UNESCO, FNUAP, UNICEF, Instituto Ayrton Sena. 1999.

BRASIL - **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº. 8069/90.

BRASIL, M.G.M. **A segurança pública no "Governo das Mudanças": moralização, modernidade e participação**. Tese (Doutorado) — São Paulo, 2000.

BRENNAN, P.A. et. al. **Psicopatologia como fator de violência**. Newbury Park, CA: Sage, 1989. p. 244-61.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARTA DE QUIXERAMOBIM 2006 – **O Olhar da Juventude sobre a Segurança Pública**. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, 2006

CAVALCANTE, A Mourão. **Drogas: Esse barato sai caro: Os caminhos da prevenção**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CEARÁ (Estado). **Guia do CCDS**. Fortaleza: Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania, s/d.

CECCON, Claudius. Et. Alli. OLIVEIRA, Miguel Darcy e OLIVEIRA Rosisk. **A vida na escola e a escola na vida**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CELADE – Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia. **Panorama Social da América Latina**, 1998.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina- 1998**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

CHERNAIS, Jean Claude. **“A violência brasileira em perspectiva”**. Jornal – O Estado de São Paulo, agosto de 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Editora da Câmara dos Deputados, 1988.

COTES, Paloma. **As escolas mais inovadoras**. REVISTA ÉPOCA – Edição de 18/09/2006: p.56-60.

Da MATTA, Roberto. **As raízes da violência no Brasil**, in: PAOLI, Maria Célia e o **violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEBARBIEUX, Eric e BLAYA, Catherine – **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**, Brasília: UNESCO, 2001.

DIÓGENES, Glória – **Cartografia da Cultura e da Violência: Gangues, Galeras e o Movimento Hip Hop**. 1ª ed. São Paulo. ANNABLUME Editora, 1998.

FARRINGTON, D.P. **A família e suas responsabilidades na agressão de jovens**. Oxford: Pergamon, 2000.

FILGUEIRA, C.H. Estrutura de oportunidade e vulnerabilidade social: Aproximações e concepções recentes. In: CEPAL. Seminário Vulnerabilidade Social. Santiago do Chile: CEPAL, 2001.

IBGE. **Panorama demográfico da juventude brasileira**, 2000.

JUNIOR, Miranda, JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO – **Reportagem sobre a Violência infanto-juvenil**, 12 de outubro de 2003. São Paulo: p.23-5.

KNOBELL, Maurício. **Adolescência na família atual: visão psicanalítica**. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1981.

LOTTA, Gabriela et. al. Fundação Getulio Vargas (FGV). **Conselhos Comunitários de Defesa Social - ESTADO DO CEARÁ**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003

\_\_\_\_\_, **Manual da participação juvenil** – Associação Canadense de Saúde Mental – Organização Pan Americana da Saúde (OPS e OMS). Gráfica LCR – Fortaleza – Ceará.

\_\_\_\_\_, **Mapa da Violência II: Os jovens no Brasil** – Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Sena, MJ, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria Nacional de Segurança Pública – **Plano Nacional de Segurança Pública** – Cursos de Fortalecimento de Lideranças Comunitárias. Brasília, DF, 2003 a 2005.

MINAYO, M. C.S. & SOUZA, E.R, **Violência para todos**. Cadernos de Saúde, Medline, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_ **MNDH – Movimento Viva Rio** - Movimento Nacional de Direitos Humanos – Brasília, DF.

OMS – Organização Mundial da Saúde – **Manual de Participação Juvenil** – Fazendo a Ponte- Metas para o desenvolvimento de uma política juvenil, p.123-33. OMS e OPS

PASSERON, J.C. **O relacionamento sociológico: O espaço não apropriado**. Paris: Nathan, 1999.

RIBEIRO, C. **A arte e resistência: o jovem em participação**. São Paulo: Edições Universidade Paulista, 1994.

SANTIAGO, Aécio, JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE – Reportagem sobre a **Violência nas escolas e as rondas escolares na capital cearense pela Polícia Militar** – Cidade, Fortaleza, 02 de maio de 2006: p.14-16.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha “Idéias e Atitudes de Paz”**. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – **Programas e Ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil para a Juventude**. Fortaleza, 2006.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – **Guia dos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS**. Fortaleza, 1998.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – **Regulamento do Concurso Artístico Literário** - .Estudantes pensando segurança Pública- Fortaleza, 2002

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Horizonte - Ceará. **Programas – Relatório Institucional das Políticas Públicas para a Criança e Adolescentes**. Horizonte, Ceará, 2006.

Secretaria de Educação, Cultura e desporto do Município de Horizonte - Ceará. **Quadro Demonstrativo da matrícula inicial e de turmas por escolas**. Horizonte, Ceará, 2006.

Secretaria de Esporte e Juventude do Governo do estado do Ceará – **Projetos da Juventude – SEJUV**. 2003 a 2006. Fortaleza, Ceará.

Secretaria Nacional da Juventude - **Políticas Públicas para a Juventude** –SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE - 2003 a 2006. Brasília – DF, 2002

Secretaria de Esporte e Juventude e Secretaria da Educação Básica do Governo do estado do Ceará – **Movimento Estudantil – Organização dos Grêmios Estudantis**. SEJUV. SEDUC. Fortaleza, Ceará, 2006.

Secretaria de Advocacia da União – **Ações inerentes à criança e ao adolescente**. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, 1994.

SILVA, Lessandra. **Conselhos Comunitários de Defesa Social - ESTADO DO CEARÁ.** Fundação Getulio Vargas (FGV). São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

UNESCO, Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça SEDH, 2002.

UNE, **Políticas Públicas para a Juventude** –Secretaria Nacional da Juventude - União Nacional dos Estudantes, Brasília, DF, 2000.

USP, **Mapa da violência no Brasil** - Núcleo de Estudos da Violência – São Paulo, 2000.

WEBER, M. **Ciência e Política.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

## APÊNDICES

**APÊNDICE I - RELAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PESQUISADAS EM HORIZONTE-CE**

<b><u>RELAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PESQUISADAS EM HORIZONTE-CE</u></b>	
<b>ESCOLAS</b>	<b>LOCALIDADES</b>
1. CEJAH	SEDE
2. DEP. ULISSES GUIMARÃES	MALCOZINHADO
3. DIONÍSIA ROCHA DE MORAIS	JENIPAPEIRO
4. DOMITÍLIA ASSUNÇÃO MENEZES	MUNDO NOVO
5. EUCLÍDIA PEREIRA DE AZEVEDO	TANQUES
6. FERNANDO AUGUSTO NOGUEIRA	QUEIMADAS
7. FRANCISCA GADELHA PIRES	PICA-PAU
8. FRANCISCA MONTEIRO DE OLIVEIRA	ANINGAS
9. FRANCISCO ASSIS PEREIRA	RETIRO
10. JOÃO ANTONIO DA SILVA	CATOLÉ
11. JOAQUIM ANTONIO DA SILVA	CATÚ
12. JORGE PEREIRA DA ROCHA	PLANALTO NOVO HORIZONTE
13. JOSÉ BONIFÁCIO	QUEIMADAS
14. JOSÉ EDUARDO DE SOUSA	ZUMBI
15. JOSÉ MUNIZ DA SILVA	CANAVIEIRA DOS MUNIZ
16. LAURIZA VIEIRA	SEDE
17. LICEU DE HORIZONTE.	SEDE
18. LOURENÇO PEREIRA DOS SANTOS	BARRA II
19. LUZIA LOPES GADELHA	MANGUEIRAL
20. MANOEL FELIPE DOS SANTOS	JORDÃO
21. MARIA JOSÉ DE SOUSA	CACHOEIRA
22. MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES	PARQUE DIADEMA
23. MARIA PAULA	CATOLÉ
24. MARIA PINHEIRO DA SILVA	CANAVIEIRA DOS PINHEIROS
25. MARIA REGIANA DA SILVA	SEDE
26. MARIA TEODORA EVANGELISTA	ALTO DA ESTRELA
27. MARINA FERREIRA DE ALMEIDA	DOURADO
28. OLÍMPIO NOGUEIRA LOPES	ALTO ALEGRE
29. PARQUE DIADEMA	PARQUE DIADEMA
30. RAIMUNDA DUARTE TEIXEIRA	SEDE
31. RAIMUNDO DOMINGOS DE SOUSA	CÓRREGO DAS QUINTAS
32. RAIMUNDO NOGUEIRA	SEDE
33. EEF SÃO JOSÉ	COQUEIROS
34. SEBASTIÃO LOPES DE OLIVEIRA	CARNAUBAL

*Fonte: Secretaria de Educação Cultural e Esporte de Horizonte-Ceará.*

**APÊNDICE II - A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE HORIZONTE – O OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES.**

**INSTRUMENTO DE COLETA DA PESQUISA**

Escola \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Diretor \_\_\_\_\_

**Professor (es) colaborador(es) da pesquisa:**

1) \_\_\_\_\_

**Aluno(s) colaborador(es) da pesquisa**

1) \_\_\_\_\_

**1. Existem casos de violência física na escola – a sensação de segurança?**

( ) Sim ( ) Não

Quais \_\_\_\_\_

**2. Ocorrências de violência na escola:**

( ) Entre alunos...

( ) Entre alunos e professores... ( ) entre funcionários e alunos...

( ) Não existe violência...

( ) Outros...

**3. Fatos graves de violência na escola. Na sua escola já ocorreu algum fato grave?**

( ) Lesão corporal ( ) Suicídio

( ) Homicídio ( ) Outros \_\_\_\_\_

( ) Não ocorreu

**4. Tens conhecimento de casos de alunos utilizando armas nas dependências da escola?**

( ) arma branca (faca, canivete, manopla).

( ) arma de fogo (revólver, pistola).

( ) outras opções.

**5. Qual a providência tomada pela escola em relação aos casos graves?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**6. Na relação entre alunos verificaram-se casos de intimidação, utilizando atitudes relacionadas à:**

- ( ) portadores de deficiência ( ) Não há casos  
 ( ) racismo ( ) Não respondeu  
 ( ) homofobia (preconceito sobre a opção sexual)  
 ( ) timidez  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

**7. Providências por parte da escola junto aos intimidadores.**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não respondeu  
 Qual(s) \_\_\_\_\_

**8. Existe na escola algum tipo de providência relacionada aos alunos vitimizados?**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não respondeu  
 Qual \_\_\_\_\_

**9. Existem casos de expulsão de alunos relacionados à:**

- Agressões aos professores? ( ) Sim ( ) Não  
 Vandalismo na escola? ( ) Sim ( ) Não  
 Agressões ou vias de fato? ( ) Sim ( ) Não  
 Não existe expulsão ( ) Sim ( ) Não  
 Outros \_\_\_\_\_

**10. Quais os mecanismos trabalhados pelo Núcleo Gestor da Escola e Conselho escolar para atenuar e/ou resolver questões de indisciplina dos seus alunos?**

- Ação \_\_\_\_\_ ( ) Não sabe

**11. Existem, na escola, problemas com alunos em relação às drogas lícitas e ilícitas? Como e onde isso ocorre?**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não respondeu  
 Ocorrência \_\_\_\_\_



**12. Se existe problemas de drogas .Quais as medidas a serem adotadas pela escola?**

Ação \_\_\_\_\_ ( ) Não respondeu

**13. Como a Escola tem realizado ações com os programas de prevenção a violência disponível pelas instituições públicas do pais**

---



---



---

**14. Quais as atividades desenvolvidas pela escola para colaborar na prevenção à violência no âmbito escolar?**

---



---



---

**15. Existe vínculo da escola com a família dos alunos em relação aos problemas demonstrados pelos mesmos? Como isso ocorre?**

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe

Caso afirmativo como ocorre?

**16. A questão em pauta já suscitou alguma discussão no âmbito interno através de debates e sugestões concretas? Quais atitudes a serem tomadas?**

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe

Caso afirmativo, quais? \_\_\_\_\_

**17. Quais as principais dificuldades da escola na prevenção a violência?**

**Dificuldades:**

**18. Ações de prevenção à violência. A sua escola possui:**

Grêmios estudantis ( )

Conselho Comunitário de Defesa Social Juvenil ( )

Conselho Escolar ( )

Programa – Amigos da escola ( )

Programas de Prevenção a Violência ( )

Outras ações \_\_\_\_\_

**Como ocorrem as principais ações nas discussões das ações preventivas à violência?**

---

---

**19. Sua escola desenvolve, de forma sistemática, atividades artístico-desportivo-culturais que (de uma forma direta ou indireta) promovam a Cultura de Paz? Quais são essas atividades?**

---

---

Sim  Não  Não sabe

---

**Caso afirmativo como acontece.**

---

**20. Situação das escolas pesquisadas em Horizonte com relação a parcerias com os órgãos de Segurança pública.**

Sim  Não  Não sabe

Caso afirmativo como acontece.

**21. A escola tem procurando manter um bom relacionamento com as instituições de Segurança Pública do município com ações preventivas?**

Sim  Não  Não sabe

Caso afirmativo como acontece. Quais programas estão acontecendo.

**22. Como os alunos da escola podem colaborar proativamente no protagonismo de ações preventivas?**

---

---

---

**23. Como os cientistas sociais podem contribuir para dinamizar resoluções e/ou abrandar a violência nas escolas?**

---

---

---

**24. Quais as Políticas públicas que poderão ser implementadas para a resolução dessas questões de violência nas escolas?**

---

**APÊNDICE V – PROJETOS DE PROTAGONISMO INFANTO JUVENIL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO  
RELATÓRIO DE AÇÕES – COORDENADORIA TÉCNICO- PEDAGÓGICA – 2006**

<b>PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>CUSTOS</b>	<b>FINANCIAMENTO</b>	
<b>EU SOU CIDADÃO AMIGOS DA LEITURA</b>	Formação de crianças e jovens cearenses como cidadãos, conscientes da responsabilidade para a construção de uma sociedade com melhor qualidade de vida	- 25 encontros;	- Semanais no prédio do cursinho;	-30 adolescentes e 07 coordenadores;	- Transporte;  - R\$ 500,00	SEDUCH	
			- Agosto;	08 adolescentes e 02 adultos;		APDMCE	
			-Participação no				SEDUCH
			Stand do Eu Sou Cidadão na VII Bienal do Livro;			- Transporte	
			-Passeio ao Beach Park;	- Agosto;	- 22 Adolescentes e 02 adultos;	- Transporte;	SEDUCH
			-Congresso do Amigos – Centro de Conveções;	-Agosto;	- 30 adolescentes e 03 adultos	- 02 diárias	SEDUCH

**O POVO  
NA  
EDUCAÇÃO**

PROJETO	OBJETIVO	AÇÕES	PERÍODO	PÚBLICO	CUSTOS	FINANCIAMENTO
		- Visitas a EMEF's			- Transporte	
			- Abril	- 11 EMEF's		SEDUCH
	Incentivar à leitura através da aplicação do jornal como suporte didático, auxiliando os professores na atualização e contextualização de seu conteúdo programático e na dinamização do cotidiano escolar.	- Convênio;	- Fev. á agosto	24 EMEF's;	- Transporte Transporte;	Jornal O Povo
		- Formação com os professores;	- Set. á nov.	10 professores	20 Almoço	SEDUCH
		- Visitas ás EMEF's	Abril	11 EMEF's ( Catolé e Sede)	Transporte	SEDUCH
		- Curso de Formação no município de Guaiuba	setembro	08 professores	- Transporte, - 08 diárias	SEDUCH

**CONEXÃO  
JOVEM**

-Possibilitar que os(as) adolescentes através do planejamento e execução do programa radiofônicos desenvolvam seu pontecial de comunicador (a) e contribuam com ampliação de conhecimentos e informações acerca da garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, abrindo horizontes para a comunicação do jovem para o jovem.

- 20 Encontros;

Semanais;

- 10 adolescentes

CIEE + Bolsa da Prefeitura

CIEE

SEDUCH

- Visita ao jornal O Povo + AM do Povo

- maio

-10 adolescentes

-Transporte

**CORDELANDO  
NA ESCOLA**

- Propiciar através da Literatura de Cordel o prazer pela leitura de forma lúdica e expressiva. Incluindo a poesia suas técnicas e seus estilos na didática pedagógica, de modo que venha despertar no aluno a criatividade poética.

- Aulas;

março e abril;

06 EMEF's;

-Pagamento professor;

agosto á outubro

-Transporte;

- Transporte

-Entrega de

- novembro

1.500,00 cordéis ;

		cordéis na EMEF's		30 EMEF's		SEDUCH
		- Aulas;				
			- iniciou em setembro		-Transporte	
	- Despertar nas crianças e adolescentes horizontino o prazer por outras aptidões artísticas	- Aulas	-semanais	- 04 EMEF's - 03 EMEF's	-Pífanos; -flautas	
<b>FLAUTA E CORAL</b>						SEDUCH
<b>COMUNICAÇÃO E CULTURA</b>	-	CONVÊNIO;	Fevereiro	28 EMEF's		
<b>JORNAL PRIMEIRAS LETRAS</b>		-capacitação	Maio	28 coordenadores pedagógicos;	-Transporte - CONVÊNIO ?	
						COMUNICAÇÃO E CULTURA /
		-Intercâmbio	Setembro	28 coordenadores	-Transporte	SEDUCH
		- Visitas	-abril	-11 EMEF's	- Transporte	

<b>PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>CUSTOS</b>	<b>FINANCIAMENTO</b>
<b>AMOR Á VIDA</b>	- Possibilitar o processo construtivo do conhecimento e as mudanças de atitudes, comportamento a cerca das questões relacionadas a sexualidade e o desenvolvimento na adolescência	- Encontro com profissionais da Saúde , Educação,e SAS;	- Dezembro de 2005;	- 10 Profissionais da Saúde , Educação,e SAS	-Transporte;	
		- Reunião;				SEDUCH
			-fevereiro	- 30 professores municipais;	- Transporte	SAS
		- Encontro com a Rede de Adolescente;	- fevereiro	- 179 adolescentes		SESAU
<b>REDE DE MOBILIZAÇÃO LÚDICO SOCIAL</b>	-Possibilitar ao adolescente horizontinos, compreendendo as relações sociais de modo a reverem posturas individuais e coletivas que possam contribuir com a construção de cidadania para uma sociedade digna.	- Encontro ;	- fevereiro	-179 adolescentes	-Transporte e alimentação	
						SEDUCH
					- Transporte	SAS
		- Visitas	- abril	- 11 EMEF's		SESAU

	- Possibilitar aos alunos e professores um novo despertar para a leitura e escrita revitalizando suas ideias e opiniões para a leitura de hoje e de sempre.	- Capacitação	- setembro de 2005		- Transporte e alimentação	
<b>ESCREVENDO O FUTURO</b>			- abril 2006		- Transporte	SEDUC
		- Lançamento do concurso		- 21 EMEF's		BANCO ITAÚ SEDUCH CREDE 09
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	- Despertar em cada indivíduo a responsabilidade social e ambiental que devemos ter com a diversidade existente em nosso planeta como: não desperdiçar os recursos naturais existente e preservar, assim como do nosso município	- Encontros;  - CONPET;	Setembro	maio, junho, agosto;  - 01 EMEF;	*Materiais didáticos;	SEDUC
		- Relatório das ações desenvolvidas;	- junho	12 EMEF's	*Transporte	PETROBRÁS CREDE 09
		- Seminários de apresentação do Projetos;				SEDUCH
		- Capacitação	- agosto	12 EMEF's		



<b>PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>CUSTOS</b>	<b>FINANCIAMENTO</b>
História e Cultura Afro- Brasileira e africana	- Promover uma visão mais humana e democrática da cultura afro- brasileira e africana visando o fortalecimento da política pública de garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira	- Aulas presenciais;	- agosto	- 01 Professor e 01 adolescente	- transporte e alimentação;	MEC
		Visitas ao Quilimbolas ;	- setembro;			SEDUCH
		-Reuniões por regiões;	- outubro;			FNDE
		-Encontros ;		- 40 professores da rede municipal		
		-Seminários nas EMEF's;	-outubro;			
			-novembro;			
		-Aulas presenciais na semana pedagógica				
			-janeiro de 2007			-Transporte e

alimentação

História e Cultura  
Afro- Brasileira e  
africana

- Congregar o corpo de discente da EMEF's ,promovendo a cooperação entre os alunos e a comunidade escolar despertando-os para o poder de liderança estudantil ,colaborando para o fortalecimento da gestão democrática e do ensino da de qualidade.

- Reunião de apresentação e sensibilização;

-Eleições;

-Momento de revitalização;

-Participação na rede de adolescentes

Setembro de 2005;

- novembro de 2005;

- abril

-fevereiro

24 EMEF's;

18 EMEF's

24 EMEF's

44 presidentes e vice-presidentes

Transporte

SECRETARIA DA  
JUVENTUDE DO ESTADO  
DO CEARÁ

CREDE 09

SEDUCH

*Fonte: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.*

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)